



**CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA – UNICEUB**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CLARISSA AFONSO**

**CONTROLE DE FRONTEIRAS EM REGIÕES NÃO VIVIFICADAS: CASOS DO  
BRASIL E DA RÚSSIA**

**Brasília**

**2019**

**CLARISSA AFONSO**

**CONTROLE DE FRONTEIRAS EM REGIÕES NÃO VIVIFICADAS: CASOS DO  
BRASIL E DA RÚSSIA**

Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação de Relações Internacionais do Centro de Ensino Unificado de Brasília como requisito obrigatório para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Fernanda Medeiros

**Brasília  
2019**

**CLARISSA AFONSO**

**CONTROLE DE FRONTEIRAS EM REGIÕES NÃO VIVIFICADAS: CASOS DO  
BRASIL E DA RÚSSIA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do Centro de Ensino Unificado de Brasília como requisito obrigatório para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Defesa em:

Nota obtida:

Brasília, 28 de Junho de 2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Fernanda Medeiros (Orientadora)  
Centro Universitário de Brasília - (UniCeub)

---

Prof. Raphael Spode  
Centro Universitário de Brasília - (UniCeub)

*Dedico este trabalho a todos que contribuíram  
direta ou indiretamente em minha formação  
acadêmica.*

## AGRADECIMENTOS

Sobre tudo agradeço a Deus, por fortalecer a cada dia a minha fé, mostrando que nada para Ele é impossível e tudo tem o seu devido tempo.

Agradeço imensamente o professor Oscar Filho por ter sido o meu orientador, por ter despertado em mim o interesse pela área de defesa e segurança, principalmente na questão de fronteiras e por ter aceitado explorar esse assunto nessa dissertação. Por sua orientação sempre atenciosa, pelo compartilhar de conhecimentos e material bibliográficos e por acreditar e valorizar o meu potencial.

Igualmente, agradeço ao professor Rodrigo Curi pelas importantes sugestões no projeto e pela gentileza, desde o começo sempre disposto a ajudar no projeto mesmo não sendo especificamente da sua área de atuação. Por suas análises e ideias que contribuíram para o desenvolvimento dessa dissertação.

Agradeço a professora Fernanda Medeiros por aceitar o desafio de me orientar na Monografia final, por ser tão paciente e gentil.

Um agradecimento especial à minha mãe, pelo apoio em todos os sentidos e pela paciência nessa jornada. Por todos os esforços para garantir os meus estudos, por me incentivar e sempre acreditar em mim.

Pelo grande apoio e carinho da Dr. Saúria Burnett, sempre gentil e disposta a ajudar na minha jornada, contribuindo muito para este projeto. À Dr. Renata Santinoni, pelo imenso suporte e pela disposição de ajudar de todas maneiras possíveis.

À Instituição do Centro de Ensino Unificado de Brasília, pelo apoio ao discente e pela ótima infraestrutura, com destaque à biblioteca que foi grande instrumento para a construção desse trabalho de conclusão de curso.

Por fim, aos familiares, amigos e todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente para que esse trabalho acontecesse. Àqueles que acreditaram, muito obrigada!

*“Conhecer a geografia de uma  
nação é conhecer sua política  
externa”*

***Napoleão Bonaparte***

## RESUMO

Este trabalho busca fazer um estudo comparado entre as fronteiras não vivificadas, ou seja, com baixa densidade demográfica do Brasil e da Rússia, sendo as regiões analisadas, respectivamente, a região Amazônica e a região da Sibéria. Com ênfase nessas fronteiras, primeiramente é necessário compreender o que constitui uma fronteira e seus aspectos, assim como a análise da geografia da região. A dinâmica histórica dos países revela muito sobre a sua geopolítica e o estabelecimento de suas estratégias para criação de agendas de segurança e defesa de suas fronteiras, assim como a de suas relações com seus países vizinhos fronteiriços. As relações entre os países também será analisada sob a visão da teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS), caracterizando cada país e incluindo também o modelo do Arco da estabilidade e da instabilidade, com o intuito de entender as dinâmicas regionais e seus impactos nas relações internacionais, assim como nos termos de defesa e segurança destas vastas regiões. O objetivo deste trabalho, através da análise desses pontos, é investigar como o Brasil e a Rússia têm buscado se estruturar para proteger essas regiões não vivificadas, se existem sistemas criados e implantados pelo governo desses países para o monitoramento dessas regiões, realizando um estudo do que consiste esses mecanismos de defesa e segurança de fronteiras.

**Palavras-Chave:** Fronteiras. Brasil. Rússia. Complexo Regional de Segurança (CRS). Arco da Estabilidade e da Instabilidade.

## ABSTRACT

This senior thesis will seek to make a comparative study between the non-vivified borders, in other words, with low demographic density of Brazil and Russia, being the regions analyzed, respectively, the Amazon region and the region of Siberia. With emphasis on these borders, it is first necessary to understand what constitutes a border and its aspects, as well as the analysis of the geography of the region. The historical dynamics of the countries reveal much about their geopolitics and the establishment of strategies to create security and defense agendas for their borders, as well as their relations with neighboring border countries. Analyzing also the relations between countries on the view of the Regional Security Complex (CRS) theory, characterizing each country and including the model of Arc of stability and instability, in order to understand regional dynamics and their impacts on international relations, as well as the defense and security of these vast regions. The objective of this work, through the analysis of these points, is to investigate how Brazil and Russia have sought to structure themselves to protect these unpopulated regions, if there are systems created and implemented by the government of these countries for the monitoring of these regions, conducting a study of what consist these defense and border security mechanisms.

**Keywords:** Borders. Brazil. Russia. Regional Security Complex (RSC). Arc of Stability and Instability.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Municípios elegíveis (Região Amazônica) .....	18
Mapa 2 – Siberia (Região da Sibéria) .....	18
Mapa 3 – Político (Região Amazônica e países vizinhos) .....	18
Mapa 4 – Maps of Russia (Região da Sibéria e seus países vizinhos) .....	19
Mapa 5 – Porções regionais da América do Sul .....	57
Mapa 6 – Ásia .....	60
Mapa 7 – Arco da estabilidade e instabilidade da América do Sul .....	63
Mapa 8 – Mapa Político da Ásia .....	66

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
Censipam	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
Cosiplan	Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento
COTER	Comando de Operações Terrestres
CRs	Centros Regionais SAR <i>Synthetic Aperture Radar</i>
CRS	Complexo Regional de Segurança
EAPC	Conselho de Parceria Euro-Atlântica ( <i>Euro-Atlantic Partnership Council</i> )
EUA	Estados Unidos da América
HSS	<i>Hiperspectral Scanner System</i>
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Iniciativa para Integração de Infraestrutura SulAmericana
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MSS	<i>Multispectral Scanner System</i>
NRC	Conselho OTAN-Rússia
OIS	<i>Optical Infrared Sensor</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCN	Programa Calha Norte
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Zona Franca de Manaus
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
Unasul	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 PROBLEMA .....	12
1.2 OBJETIVOS .....	12
1.2.1 Objetivo Geral .....	13
1.2.2 Objetivos Específicos .....	13
1.3 METODOLOGIA .....	13
<b>2 ANÁLISE DAS VASTAS REGIÕES COM DIFERENTES VIZINHOS .....</b>	<b>14</b>
2.1 FRONTEIRAS .....	14
2.1.1 Caso do Brasil .....	19
2.1.2 Caso da Rússia .....	20
2.2 DINÂMICA HISTÓRICA .....	22
2.2.1 Caso do Brasil .....	22
2.2.2 Caso da Rússia .....	35
2.3 COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA (CRS) .....	43
2.3.1 Caso do Brasil .....	44
2.3.2 Caso da Rússia .....	48
<b>3 DESENHO DOS PAÍSES NO CONTROLE DAS ÁREAS DE FRONTEIRA ...</b>	<b>53</b>
3.1 TIPOLOGIA DE FRONTEIRAS .....	53
3.1.1 Caso do Brasil .....	54
3.1.2 Caso da Rússia .....	57
3.2 ARCO DA ESTABILIDADE E DA INSTABILIDADE .....	61
3.2.1 Caso do Brasil .....	61
3.2.2 Caso da Rússia .....	63
<b>4 APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE OS PAÍSES .....</b>	<b>67</b>
4.1 TECNOLOGIA USADA PARA VIGILÂNCIA DA FRONTEIRA .....	67
4.1.1 Caso do Brasil .....	67
4.1.2 Caso da Rússia .....	72
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil e a Rússia são países extensos que possuem várias fronteiras compartilhadas com outros países vizinhos, o que ocasiona várias questões como a preocupação com a segurança e a soberania do seu território. Ao ter uma fronteira, o país demarca o que é o seu território, onde sua soberania e povo estão presente e até onde todo esse conjunto se estende, separando-a dos outros países. No caso desses dois Estados, interessante notar que são várias fronteiras que os separam de vários outros países, cada qual com suas peculiaridades e contextos.

A pesquisa proposta buscará analisar a natureza das ameaças em áreas de fronteiras de países extensos e de grande dimensão como o Brasil e a Rússia, buscando identificar possíveis congruências e divergências. Para melhor delimitar será analisado como esses dois países gerenciam suas fronteiras, estudando nesse caso se as soluções são semelhantes em resoluções de problemas em fronteiras maiores e vastas, com pouca povoação, assim como a similaridade dessas vastas regiões com diferentes vizinhos. Também será analisado como se dá a vigilância nessas fronteiras e, de maneira especial, a forma de estrutura regional para essa vigilância nas fronteiras desses países.

### 1.1 PROBLEMA

Procurar-se-á responder a seguinte questão de pesquisa:

Como países com extensas áreas de fronteira não vivificadas têm se estruturado para responder às demandas de segurança nessas áreas?

### 1.2 OBJETIVOS

Com a análise dos autores da escola de Copenhague, especialmente os que abordam a teoria do Complexo Regional de Segurança (CRS), e a consulta a documentos produzidos pelos Ministérios de Defesa do Brasil e da Rússia, realizar um estudo comparativo entre as regiões de baixa densidade demográficas no Brasil e na Rússia. Com esse estudo comparativo procurar-se-á investigar a hipótese de que diante da porosidade das fronteiras (fluxos de toda ordem) países têm adotado sistemas de controle remoto, com emprego de alta tecnologia, como condição necessária para a proteção de suas fronteiras em áreas anecúmenas.

### 1.3 OBJETIVO GERAL

Descrever, de forma comparativa, os sistemas de proteção de fronteiras em áreas pouco povoadas em países gigantes, especificamente no Brasil e da Rússia.

### 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Comparar o modelo brasileiro com o modelo russo;
- b) Caracterizar a tipologia de fronteiras; e
- c) Identificar sistemas eficazes de controle de fronteira.

### 1.5 METODOLOGIA

A metodologia a ser usada no trabalho será a de análise dos textos dos autores da escola de Copenhague, utilizando a teoria do Complexo Regional de Segurança (CRS) para observar a dinâmica regional desses países com os países fronteiriços, complementando essa análise com a teoria do *heartland* de Halford J. Mackinder e a teoria do *Rimland* de Nicholas J. Spykman. O recorte temporal será do Pós-Guerra Fria até 2016, quando foi lançado no Brasil o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), com ênfase no Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). Esse corte temporal será debatido de forma sucinta, podendo ele ser dividido em dois momentos, um primeiramente dos anos 1970 até 2000, na qual pode ser analisado no caso do Brasil os processos históricos que passou e a sua dinâmica com seus países vizinhos; e no caso da Rússia sendo analisado seu período como União Soviética, seus processos históricos e sua dissolução, sua relação com os outros países nesse período e como esses processos influenciaram e resultaram a criação de uma agenda de segurança e defesa, sendo este o segundo momento que abrange dos anos 2000 até 2016, mostrando como essa agenda vem se desenvolvendo através dos processos históricos passados e da relação com os países vizinhos em nível regional.

## 2 ANÁLISE DAS VASTAS REGIÕES COM DIFERENTES VIZINHOS

### 2.1 FRONTEIRAS

A definição de fronteiras é um assunto complexo. Não há uma simples e única definição para o que chamamos de fronteira, existindo assim várias vertentes que tentam explicá-la por meio da geografia, história e geopolítica. A geografia é o pano de fundo da própria história da humanidade e constitui-se no fator mais fundamental da política externa de um Estado. Sendo a ciência dos lugares e não dos homens, ela se apoia em três aspectos: localização (função do lugar no mundo), local (instituições que organizam desde a política até a identidade ligadas ao local) e senso de lugar (sentido de pertencimento referente a uma coletividade, a um lugar específico), assim “lugar” tem significado, criado pelas interações humanas e da significação que a coletividade dá ao ambiente físico, podendo assim ter conteúdo político.

Para Friedrich Ratzel, da escola germânica de geografia, a natureza é muito relevante para o saber geográfico e incorporou o Estado em sua análise, para melhor compreensão deste último, pois a dimensão humana não seria suficiente, deveria ser inserido a interação desta com o ambiente e com o território. No livro *Fronteiras e Nações* de André Roberto Martin, o autor fala da problemática das fronteiras, uma vez que “associamos quase que mecanicamente à ideia de “fronteira” a de “guerra” (MARTIN, 1998, p. 11). Isso porque, ao mencionar a palavra “fronteira” nos lembramos antes de tudo dos conflitos que já aconteceram, principalmente em casos como a Revolução Francesa e suas ideias de liberdade, sendo a fronteira algo que nos cerca e nos priva da locomoção. Porém, seria justamente a liberdade responsável pela formação das fronteiras, já que esta provoca movimentos de autonomia que criam novos territórios e assim novas fronteiras. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial surgiu muitos Estados Soberanos e o interessante de notar é que apesar da supremacia dos Estados a interdependência entre eles está crescendo cada vez mais, o que se mostra um dilema.

A interdependência se mostra um dilema para os Estados, porque se pode chegar a duas resoluções, primeiro, de que ela é fundamental para estruturar as relações internacionais e todos são responsáveis pelo que acontece no mundo; ou segundo, partindo da “autodeterminação dos povos”, na qual cada Estado cuida de seus assuntos externos e não aceita a interferência de outro Estado ou grupo de Estados. Mas na realidade o que encontramos no cenário internacional é uma mescla destas duas resoluções, ditada pela conveniência ou condições políticas (MARTIN, 1998).

O Brasil e a Rússia são países extensos que possuem a semelhança de terem várias fronteiras compartilhadas com outros países vizinhos, o que ocasiona várias questões como a preocupação com a segurança e a soberania do seu território. “É verdade também que de um ponto de vista mais “neutro” e quem sabe mais verdadeiro, podemos simplesmente designar por “fronteira” aquele espaço que “separa dois povos” (MARTIN, 1998, p. 12).

Partindo de aspectos históricos há um consenso de que o Tratado de Westfália foi o que marcou primeiro o que seriam as fronteiras, na qual o Estado nacional estabelece seus limites rígidos e precisos entre as outras sociedades, assim as fronteiras passam a não somente serem representadas, mas projetadas, surgindo assim a “fronteira linear”, a primeira concepção geográfica moderna, e até hoje sendo considerada a mais adequada no debate teórico, “um limite que ao mesmo tempo é suficiente para distinguir as responsabilidades jurídicas e político-administrativas, mas não impede a livre circulação de pessoas, mercadorias, capitais e informações” (MARTIN, 2009, p. 45).

A primeira tentativa de aplicar a “fronteira linear” não foi na Europa e sim no Mundo Novo, com a “linha de Tordesilhas” que por comum acordo dos soberanos de Portugal e Espanha retificou a bula papal anterior e em 1494 foi definida uma “linha de demarcação”, se baseando no meridiano atravessando um ponto a 370 léguas das Ilhas de Cabo, na qual Portugal tivesse a posse das terras do leste e Espanha a do oeste. Nos livros didáticos sobre o Brasil discorre que essa é uma “linha imaginária” e que nunca foi respeitada, o Brasil se sente privado de uma saída para o Pacífico, assim como os países hispânicos se sentem privados do Atlântico. “Isso significa reconhecer que, uma vez surgidas, as fronteiras costumam a desaparecer” (MARTIN, 1998, p. 36).

A ideia de território se tornou relevante após o Tratado de Westphalia em 1648, na qual um Estado reivindicava uma porção de terra, demarcando seu poder de soberania, estabelecendo fronteiras e limites, sendo a soberania ligada a uma autoridade soberana reconhecida dentro e fora de seus domínios territoriais. Por isso, território e fronteira são muito importantes para diferenciar a soberania interna – onde a autoridade máxima tem o direito de governar o povo dentro do seu território – da soberania externa /Internacional legal – onde a autoridade máxima tem seu direito assegurado de governar internamente seu território sem interferência de outros Estados.

Os elementos essenciais para traçar a diferença entre o espaço doméstico e o espaço internacional são os limites e as fronteiras. Os primeiros delimitam formalmente a extensão territorial do Estado, indicando até onde sua soberania alcança; já as fronteiras confundem-se com os limites, pois, apesar de serem o marco divisor entre

duas ou mais entidades políticas, apontam para um horizonte de expansão. (TEIXEIRA, 2017, p.30, grifo do autor).

Segundo Ratzel, o espaço é uma variável central para a sobrevivência do Estado-nação – o Estado organismo – que como ente vivente, tem suas limitações, como o seu espaço inicial e isso o incentiva a se expandir. É nesse espaço que está o território que o povo habita e se exerce a soberania, no espaço delimitado por fronteiras estão os recursos que o Estado valoriza socialmente e que lhe são necessários, como reprodução biológica e cultural do povo.

Para Ratzel, assim como para Kjellén e outros geopolíticos, o Estado era um ente naturalmente político, mas também orgânico. Entendido como uma entidade viva, um organismo dinâmico, era constituído por um corpo político e institucional (expressão formal do Estado), pelo território (espaço) e pelo povo. Devemos ressaltar que, como um organismo vivo, o Estado exibe uma tendência natural à expansão. Em sua saga existencial, o Estado, como corpo vivo, nem sempre reuniria as condições necessárias essenciais à sua manutenção e sobrevivência. Recursos escassos e pressões populacionais poderiam ser desafios relevantes, mas seriam acrescidos à tarefa de conquistar o espaço vital. (TEIXEIRA, 2017, p.37, grifo do autor).

A “fronteira” se diferencia de “limite”, pois a primeira se remete ao “natural”, à geografia, enquanto a segunda se refere a algo “artificial”, ligado ao Estado. O “limite” é reconhecido como uma linha que não pode ser habitada, diferente da fronteira, pois ocupa uma faixa, constituindo assim em uma zona, onde os habitantes de outros Estados vizinhos podem transitar, principalmente em forma de contrabando e negócios ilícitos. Os Estados impõem limites justamente para evitar transtornos e garantir sua soberania, porém existem áreas anecúmenas que são difíceis de ocupar, colonizar ou civilizar, são as vezes obstáculos naturais, como as regiões na Sibéria de extremo frio, em que o homem não consegue habitar; ou para um exemplo melhor, os oceanos, que são difíceis de delimitar, ocupar ou civilizar.

Existe uma diferença entre a delimitação de um território e a demarcação deste, “por delimitação, entenda-se o estabelecimento da linha de fronteira – isto é, do limite -, a qual é determinada a partir de um tratado assinado entre as partes envolvidas.” (MARTIN, 1998, p.49). Como já mencionado aqui um exemplo disso seria o Tratado de Tordesilhas. “Demarcação, por sua vez, é a locação da linha de fronteira no terreno – isto é, a construção da baliza, através do estabelecimento de marcos e balizas” (MARTIN, 1998, p. 49), o que ocorre na realidade é que primeiro se delimita diante da facilidade de demarcar.

As fronteiras externas são importantes para constituir os Estados, para garantir ao povo daquele território sua segurança e seu desenvolvimento, lutando contra um inimigo externo e estrangeiro, porém existe o problema dentro de Estado que é a coesão interna, o Estado além de lidar com relações interestatais, tem que lidar com as problemáticas entre os poderes centrais

e local, de pensar na unidade nacional. “O modo que se dá essa “unificação” é objeto de intensa disputa ideológica, política, territorial e econômica, podendo se resolver de maneira pacífica ou bélica, dependendo das circunstâncias do momento” (MARTIN, 1998, p.52).

Dentro de um contexto sócio-histórico pode surgir o regionalismo, que não está imune a natureza ideológica. A fronteira divide duas regiões, mas existe fronteiras “externas” e “internas”, onde um grupo decide se afirmar como parte distinta, um elemento que faz parte de um todo e não uma parte que está contra o resto do mundo. As “fronteiras externas” podem se tornar “internas” por meio de esforços unionistas, como acontece na Europa Ocidental e na África do Sul, e o inverso também pode ocorrer, fronteiras “internas” se tornarem “externas”, por meio de movimentos secessionistas presentes por exemplo na ex-União Soviética e no Quebec canadense.

Assim sendo, os Estados passam por “ciclos geopolíticos”, na qual o primeiro momento se remete a luta contra um inimigo externo que gera a união. Após a vitória, O Estado começa um processo de expansão, até que chega a tal ponto excessivo que gera a divisão, então muda-se a intensidade e o conjunto das relações, encerrando assim o ciclo. “O elemento humano e racional manifesta-se, sobretudo, por meio da política. Assim, a relação entre homem e geografia é mediada, antes de tudo, pelo fator político.” (TEIXEIRA, 2017, p.35, grifo do autor).

Com países que possuem tantas fronteiras e são tão extensos, a questão é como lidar com as regiões não vivificadas, ou seja, regiões em que existem poucos habitantes e que colocam em risco a soberania do Estado, principalmente quando o ilícito de toda ordem não enxerga a fronteira como um escudo a proteger o território e sim uma oportunidade para transgredir leis. Buscar-se-á nesse trabalho fazer um estudo comparado das regiões não vivificadas do Brasil e da Rússia, analisando assim no Brasil a região Amazônica (segundo o mapa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM - com o título Municípios elegíveis) e na Rússia a região Siberiana (segundo o mapa do Nikolai V. Shokhirev com o título Siberia).

Assim sendo, as fronteiras que serão analisadas desses dois países serão as fronteiras com pouca densidade demográfica, no caso do Brasil será observada a região Amazônica, abrangendo os estados – Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão (segundo o mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - com o título Político).

E no caso da Rússia a região da Sibéria, uma vasta região da Rússia e do norte do Cazaquistão, localizada no norte da Ásia. Se estende dos Montes Urais no oeste ao Oceano

Pacífico no leste, e do Oceano Ártico no norte até Cazaquistão e a fronteira com a Mongólia e a República Popular da China ao sul (segundo o mapa do Greenwich Mean Time com o título Maps of Russia).

Municípios elegíveis



Fonte: <http://www.amazonia-ibam.org.br>

Siberia



Fonte: <http://www.shokhirev.com/nikolai/projects/sib/siberia.html>

Político



Fonte: [https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_brasil/brasil\\_politico.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_politico.pdf).

## Maps of Russia



Fonte: <https://greenwichmeantime.com/time-zone/russia/map-russia/>

### 2.1.1 Caso do Brasil

O Brasil possui fronteira com dez nações, com exceção do Equador e Chile, em um total de 16.885,7 quilômetros de extensão, envolvendo onze Unidades da Federação (Ufs) e 588 municípios, que abrangem 27% do território nacional<sup>1</sup>. As nações que o Brasil faz fronteira são: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Toda a sua extensão territorial está dividida em três grandes arcos<sup>2</sup>: Norte<sup>3</sup>, Central<sup>4</sup> e Sul<sup>5</sup>, e 27 sub-regiões. Os estudos desses arcos mostraram o quanto eles são diferentes. Enquanto o Norte tem como principal característica a presença da densa floresta Amazônica, o Central está vinculado a grande expansão da fronteira agrícola e o Sul tem a base produtiva fortemente concentrada na cultura do milho, trigo, soja e na agroindústria, além de densa rede de cidades perfeitamente interligadas por uma malha rodoviária ramificada. (PÊGO et al., 2017, p.10).

No caso da América do Sul as fronteiras mostram seu caráter imutável, como mostrado no acordo de Tordesilhas, mesmo após a independência as fronteiras internas da América

<sup>1</sup> Com base em estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

<sup>2</sup> Com base em estudo do Ministério da Integração Nacional: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: MI, 2005.

<sup>3</sup> Abrange os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

<sup>4</sup> Refere-se aos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

<sup>5</sup> Fazem parte o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Espanhola tiveram incrível durabilidade, mostrando como fronteiras internas tem a capacidade de se tornarem externas.

É curioso notar, entretanto, que embora a maioria das 25 fronteiras internacionais do continente tenha sua origem no passado colonial, nenhuma das províncias espanholas foi demarcada, e nenhuma foi definida com exatidão. Mesmo assim, serviram de ponto de partida para os países que iam se emancipando, apesar das dificuldades de interpretação e demarcação em zonas pouco povoadas e de acesso difícil como as florestas da Amazônia e os picos da cordilheira andina. (MARTIN, 1998, p.82).

Na América do Sul o estabelecimento de fronteira se caracteriza pelo estabelecimento da via diplomática, ao invés da bélica, muitas fronteiras foram estabelecidas por meios pacíficos. Como a maior parte dos casos eram a respeito de áreas pouco povoadas e que não geravam interesse econômico isso ajudou a evitar conflitos. Para o Brasil o período que compreende a união das Coroas Ibéricas entre 1580 e 1640 foi de extrema importância para sua configuração atual, pois foi neste período que Tordesilhas deixou de existir, permitindo assim a penetração pela Bacia Amazônica. No século XVIII, foi decidido que as questões limítrofes entre duas colônias deveriam ser resolvidas em decorrência do interesse das mesmas e não da metrópole, sendo muito importante o papel de Alexandre de Gusmão como precursor da escola de pensamento geopolítico. Outro papel de destaque aparece no século XX, o barão do Rio Branco, um diplomata notável que obteve para o Brasil 440 mil km<sup>2</sup> de área com argumentações em litígios arbitrados internacionais. Após isso, o Brasil se concentrou na defesa de seu imenso território interior, passando a projetar a construção de estradas de penetração.

Esses pontos serão melhor explorados ao longo do trabalho, a partir da análise das fronteiras dos dois países, da dinâmica histórica e os processos políticos. Assim como no desenvolvimento da tipologia dessas fronteiras e dos sistemas que estão sendo estudados para defender e monitorar essas vastas regiões.

### **2.1.2 Caso da Rússia**

A Rússia faz fronteira com dezoito países, sendo o maior país do mundo, possuindo um recorde mundial de quantidades de estados e de fronteiras. Os dezoito países que fazem fronteira com a Rússia são: a Noruega, a Finlândia, a Estônia, a Letônia, a Lituânia, a Belarus, a Polônia, a Ucrânia, a Geórgia, o Azerbaijão, a Abkházia, a Ossétia do Sul, o Cazaquistão, a China, a Mongólia, a Coreia do Norte, o Japão e os Estados Unidos da América. A Rússia possui características geográficas únicas, é um dos países mais ricos do mundo em recursos

naturais e minerais. Na Rússia há cerca de 120 mil rios (os maiores são o Volga, o Duína do Norte, o Don, o Pechora, o Ob, o Irtysh, o Yenisei, o Angara, o Lena, o Amur) e cerca de 2 milhões de lagos salinos e de água doce (nomeadamente, o Baikal, o mais profundo da terra e o maior em volume de água doce do nossa planeta, e o Mar Cáspio).<sup>6</sup>

Para explicar a Rússia é necessário explicar primeiro a União Soviética, sendo este um país bicontinental com imensa área e enorme preocupação com suas fronteiras. A união Soviética tinha uma questão de fronteira paradoxal, ao mesmo tempo que possui os maiores problemas, também possui os menores. Por um lado, a sua expansão para o leste, que é uma área relativamente vazia, fez com que o país possuísse a maior extensão de terras contínuas do mundo, desenvolvendo a povoação sem encontrar problemas de limites. Por outro lado, a União Soviética tinha uma enorme fricção interestatal, tendo que estabelece muitos acordos com outros Estados. Além disso, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) possuía mais de 100 povos com culturas diferentes, organizados em 15 repúblicas federadas que reuni 20 repúblicas autônomas, possuía 8 regiões autônomas e 10 circuncisões nacionais.

A natureza criou barreiras defensivas no Leste, no Sul e no Norte, sendo apenas o Oeste a legítima “fronteira de contato” do país, tendo que lidar com a combinação de delicados fatores como a tolerância dos nacionalismos internos e ao mesmo tempo repelir para o Oeste as pressões que a Europa exercia. Por esses motivos, os soviéticos desenvolveram um grande poderio militar terrestre e uma organização política centralizada.

A União soviética tem certas peculiaridades em traçar seus limites, como a questão muito condenada da “extraterritorialidade”, ou seja, quando o território de um Estado ou parte dele está totalmente ou parcialmente envolvido por outro, segundo Martin (1998). A questão da extraterritorialidade, tanto na URSS quanto na Rússia tem causado problemas e colocou repúblicas soviéticas contra a União. Isso mostra como é difícil colocar em prática a “autodeterminação dos povos”, nenhum Estado atual resistirá se esse princípio for levado até às últimas consequências.

Portanto, se evidencia que o Brasil tem um perfil de estratégia geopolítico mais diplomático, usando evitar conflitos com países vizinhos com o qual faz fronteira. As exceções de conflitos são as luso-castelhanas na área do Prata, que ocorreram até a Guerra do Paraguai e a Guerra do Salitre, na qual Brasil se coligou com o Peru e a Bolívia contra o Chile, porém o último saiu vitorioso. Enquanto que a Rússia, desde o período que era União Soviética adota uma estratégia geopolítica bélica e militarizada, como já mencionado com a questão da

---

<sup>6</sup> Segundo informações do site da Embaixada da Federação da Rússia na República Federativa do Brasil.

extraterritorialidade, na qual pode-se citar os exemplos do território de Azerbaijão, que controla Nagorno-Karabakh, que decidiu se unir a Armênia e se desligarem de Azerbaijão, o que resultou em uma guerra civil controlada somente pelas tropas soviéticas. Outro exemplo é o caso do Azerbaijão, que tem um território quase todo envolvido pelo território da Armênia, chamado de Nakichevan, na qual o Parlamento local proclamou sua independência, mas Moscou não aceitou.

### 2.1.3 DINÂMICA HISTÓRICA

Para melhor analisar as fronteiras não vivificadas do Brasil e da Rússia faz-se necessário compreender como ambos os países desenvolveram suas estratégias de defesa e segurança nas fronteiras, principalmente nas com pouca densidade demográfica, nas últimas décadas e que levaram esses países a terem a configuração atual no que tange o controle dessas áreas.

### 2.1.4 Caso do Brasil

Sendo Everardo Backheuser o primeiro teórico da Escola Geopolítica Brasileira, este desenvolveu uma metodologia na qual o governo deveria estabelecer uma nova política de fronteiras. Outros autores clássicos da geopolítica brasileira vislumbraram o grande potencial de liderança do Brasil na América do Sul, entre ele Mario Travassos, que formulou uma política nacional voltada para levar o Brasil a uma potência mundial sul-americana. Golbery do Couto e Silva desenvolveu uma teoria sobre o desenvolvimento brasileiro e apontando ações políticas que o país poderia tomar. Carlos de Meira Mattos também discursou sobre a projeção do Brasil como uma potência mundial e fez projeções sobre a Pan-Amazônia. Therezinha de Castro elaborou teses sobre o Brasil em um contexto de segurança estratégica do Atlântico Sul, da Amazônia e da Antártica.

Os fundadores da escola geopolítica brasileira valorizaram em suas obras o espaço geográfico nacional dado a sua vastidão e riqueza, sendo a geopolítica parte integrante da formulação de uma política de Estado, que no Brasil tinha a característica de uma tradição histórica pela defesa da soberania de seu território. A Escola Brasileira de Geopolítica é caracterizada pela propensão de se traçar estratégias que vão orientar o poder político em suas decisões, sendo o espaço, posição e fronteiras elementos essenciais nos estudos que determinam a importância do Brasil em sua região, assim como sua ascensão nos foros mundiais de poder,

mostrando que o país tem condições de desempenhar um papel de grandeza na nova ordem internacional. (MATOS, 2004).

Uns desses autores fundadores da geopolítica do Brasil foi o autor de planejamento geopolítico e defesa nacional Golbery do Couto e Silva, que teve grande participação nos acontecimentos políticos brasileiros nos anos de 1940 a 1960. Francisco José de Matos, mestre em ciência política, destaca em sua resenha sobre o livro “A Escola Geopolítica brasileira” de Costas Freitas, que nas obras de Golbery estão presentes a preocupação nos anos 60 com a segurança nacional e o planejamento governamental, o que resultou na Política de Segurança Nacional, que consiste na atual ou futura preservação da soberania do Brasil, na garantia da liberdade e na escolha livre de um sistema de vida que mais se adequar ao país.

Costa Freitas ressalta na obra de Golbery que política e geopolítica guardam uma proximidade entre si e que a segunda elabora as proposições políticas tomando por base a realidade geográfica, sendo assim, auxilia o Estado na elaboração dos objetivos nacionais permanentes. As análises do espaço político e da situação no âmbito mundial possibilitarão a formulação das diretrizes gerais para a ação. (MATOS, 2004, p. 109).

Golbery afirmava que o Brasil deveria ser entendido como um vasto arquipélago, uma vez que nem todos os seus espaços estavam ocupados, sendo necessário o que chamou de manobra geopolítica, um conjunto de tarefas com uma visão de coesão, integração e valorização do território brasileiro. O autor introduz nessa linha de pensamento o conceito de *heartland* central e de áreas geopolíticas, a sua ideia consistia na vitalização das amplas zonas vazias de enriquecimento humano como as diretrizes internas que deveria ser tomadas pelo país.

Com origem imanente nas terras desse hemisfério interior não haverá a temer, em prazo previsível, por bem longo que seja, qualquer ameaça direta à segurança da América do Sul e, pois, também do Brasil: de um lado, por ausência de potencial de agressão, e, do outro, por excesso desproporcionado de um poder(...). (COUTO E SILVA, 1981, p.80).

Já as diretrizes externas se voltavam para a extensa faixa marítima com vasta massa territorial, que precisa de integração, na qual o Brasil se localiza.

Nesse sentido, Costa Freitas ressalta a existência de outros vetores importantes usados por Golbery: - um núcleo central altamente sensível a ameaças externas vindas do mar e a perturbações internas instigadas de fora; - uma zona de vulnerabilidade máxima: o Nordeste; - a fronteira com o Uruguai até o Mato Grosso, vulnerável a ameaças regionais; e - o Atlântico Sul como elemento imprescindível a manutenção da segurança e do desenvolvimento brasileiro. Costa Freitas ressalta ainda três destaques importantes na obra de Golbery: - sobre análise da América do Sul uma conclusão bastante atual: “a formação de uma comunidade sul-americana que tudo terá a ganhar

de uma união sincera e ativa de energias na luta contra o subdesenvolvimento e a fraqueza econômica. (MATOS, 2004, p. 110, apud COSTA FREITAS, 2004, p. 50).

Essas diretrizes externas estão muito ligadas com o cenário internacional da época e seu caráter de conflito bipolar, sendo a principal ameaça do Brasil naquele momento a União Soviética e a previsão do Brasil como potência emergente, desenvolvidos a partir de sua Teoria dos Hemiciclos: que começa do centro a noroeste do núcleo central, projetando uma série de hemiciclos em direção ao Atlântico e ao Leste. Golbery nesse contexto considerou o nacionalismo, uma estratégia doutrinária para conter a expansão da URSS, a teoria dos hemiciclos para selecionar prioridades e adotar o conceito de Ocidente como exemplo de geopolítica.

Desse hemiciclo exterior, ameaças perigosas podem bem surgir (...), hoje se manifestam, com virulência excepcional e multiforme, a partir do eixo Moscou – Pequim. Esse é, pois, o hemiciclo perigoso contra o qual a América do Sul terá de solidamente estruturar a sua própria segurança. (COUTO E SILVA, 1981, p.80).

A teoria do *heartland* foi desenvolvida pelo geógrafo inglês Halford J. Mackinder, teoria que literalmente significa “coração da terra”. Mackinder situou em sua tese o *heartland* na zona territorial que abrange os continentes europeu e asiático, denominado Eurásia ou Ilha Mundial. De acordo com a teoria, o controle de vias marítimas não representava mais o poderio das nações marítimas, uma vez que as mudanças tecnológicas como o desenvolvimento do motor à combustão e das grandes ferrovias transcontinentais no início do século XX permitiu mobilidade terrestre dentro de grandes massas territoriais, assim o poder naval estava ameaçado pelo poder terrestre. O *heartland*, conceito que pode ser definido como “terra central”, o lugar em que, no futuro, se decidiria o controle geopolítico do planeta, era a massa terrestre representada pela Rússia, que geograficamente era um território invulnerável ao alcance das potências marítimas. Uma aliança entre Rússia e Alemanha representaria o domínio do território eurasiático e, segundo o geógrafo inglês, dominar essa região significaria dominar o mundo. No caso da América do Sul, Mario Travassos disserta sobre o controle do Altiplano andino, que seria *heartland* sul- americano, na qual aliança com a Bolívia seria vital para a neutralização da Argentina. “A instabilidade geográfica do canto noroeste do continente, entretanto, justo porque está numa das extremidades da massa continental, se mostra presa fácil a influências extra continentais.” (TRAVASSOS, 1938, p.71). Portanto, o *heartland* da América do Sul seria composto pelos países do Paraguai, da Bolívia e no Brasil pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. “Dados os aspectos geográficos

sul-americanos somente sob o domínio da pluralidade dos transportes poderá o Brasil exprimir toda a força de sua imensa projeção coordenadora no cenário da política e economia continental.” (TRAVASSOS, 1938, p. 140).

Outro geopolítico fundador do pensamento dessa área no Brasil foi Meira Mattos, defensor das relações geográficas politicamente como fator importante para ser incluído na política de governo do Brasil. Priorizando em suas obras as ideias de: integração da Amazônia, do Brasil como potência emergente e a capacidade do homem de construir uma civilização dos trópicos. Meira Mattos fez uma separação muito clara da Amazônia, que consistia em uma visão nacional, sendo esta a Pan-Amazônia, e a outra uma visão global, sendo esta uma macro-região. Suas obras formaram a base da geopolítica brasileira, na qual aponta vencer o desafio colocado pelo espaço da região amazônica como de extrema importância para incorporar a Amazônia Legal ao espaço nacional, tomando medidas como a transferência da capital do litoral para o interior e a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), com conceitos baseados na segurança e desenvolvimento do país, criando estratégias sólidas para um progresso político-econômico interno e à projeção internacional do Brasil, tendo como marco importante de sua teoria o Tratado de Cooperação Amazônico em 1978.

Sendo assim, a confiança nas qualidades e capacidades do homem brasileiro é fundamental para vencer os desafios da geopolítica de continentalização. Já em relação a Pan-Amazônia, a teoria tem por característica “o respeito à soberania dos Estados da região e o incitamento à solução comunitária na programação dos projetos de índole integradora. (MATOS, 2004, p. 111, apud COSTA FREITAS, 2004, p. 72).

Outra teoria de Meira Mattos é a Projeção Mundial do Brasil, na qual afirma que o país tem condições de aspirar ser uma grande potência, sendo o Brasil e a China nos anos 70 os países vistos como mais promissores e com mais condições para se tornarem potências. Mas para isto é necessária uma manutenção no processo econômico-social, vindo de uma democracia com autoridade e que cobra uma segurança interna e externa. Mattos ainda desenvolve outra teoria, a Civilização dos Trópicos, que consiste na integração Pan-Amazônica e como resultado levará o país a ser uma potência, capacitando-o de construir uma civilização dos trópicos. A ideia de Meira Mattos sobre a projeção mundial do Brasil terá efeitos na segurança do país, o que ocasionará o alargamento do perímetro defensivo, o que deve incluir os países africanos limítrofes até o Atlântico e Antártica. Assim, a cooperação regional será usada como fator de segurança, na qual as ameaças passarão a ter origem em blocos extracontinentais.

A geógrafa e historiadora Therezinha de Castro foi também uma das autoras fundadoras da escola do pensamento geopolítico brasileiro. Em suas obras ela enfatiza dois elementos: reforçar o papel do Brasil na área histórica-política na América e no mundo; e desenvolver uma geopolítica para a Amazônia e Antártica. Para Therezinha de Castro a região amazônica é um subsistema dentro da América do Sul, tendo o Brasil grande importância para esse subconjunto.

Reservada para o país a posse exclusiva da foz e da maior parte da bacia desse complexo hídrico lhe é dado o controle do hinterland amazônico. Nesse sentido, com base no contexto político-econômico, condicionado pelas assimetrias socioeconômicas e pelos baixos índices de ocupação humana, a diretriz geopolítica principal, visualizada por Therezinha, é "... estruturar-se-á, pois, entorno da obra colossal de integração a ser desenvolvida e implementada...". (COSTA FREITAS, 2004, p. 95).

A autora ainda discursa sobre uma dupla valoração, a interna e externa, sendo a interna a soberania nacional sobre a Amazônia e a externa a crescente responsabilidade mundial no que se refere a gestão da Amazônia como patrimônio da humanidade. Com o fim da Guerra Fria, ela relaciona esse evento a um novo ciclo geopolítico, na qual o imperialismo militar é substituído pelo neocolonialismo econômico, definido em eixo Norte e Sul. A cobiça internacional aumenta com a redescoberta da Amazônia, para isso a autora sugere que seja feita uma transferência de tecnologia no sentido Norte-Sul e financiamentos externo de projetos na área de preservação. A geopolítica realizada na Amazônia deve possuir como estratégia medidas que acelerem seu desenvolvimento e que guardem os interesses nacionais. Na questão da Antártica, é uma região caracterizada pelo imperialismo econômico e por seus potenciais deve-se manter alerta à movimentações nessa área que possam afetar a defesa do Atlântico Sul. Com base nisso, ela elaborou a Teoria da defrontação, que segundo Matos (2004), leva em conta os fatores estratégicos e aspectos relacionados a poder-prestígio e provê a ocupação de um setor brasileiro na Antártica, que reforça a projeção internacional do Brasil.

Ao que diz respeito à nova ordem mundial pós-Guerra Fria, Therezinha faz uma análise desse período e alerta para as ameaças que o Brasil enfrenta com a futura configuração de poderes – ameaças como a imposição de políticas neoliberais em países em desenvolvimento, desmantelamento do conceito Estado nacional soberano, a imposição tecnológica e a desvalorização das Forças Armadas. Frente a essas ameaças, o governo brasileiro poderia agir de duas maneiras: se acomodar e não atender às exigências dos países que estavam promovendo a nova ordem mundial ou resgatar uma política de soberania e independente no cenário internacional, respeitando o princípio de igualdade das nações.

A vocação geopolítica do Brasil se coaduna com seus 16 mil km de fronteiras terrestres com quase todos os países sul-americanos (com exceção de Chile e Equador), 7,5 mil km de fronteira marítima – sendo o maior país do Atlântico Sul. Pertencente ao grupo de cinco maiores países em termos de território e população, entre as dez maiores economias do mundo em termos de PIB, aproximadamente 95% das reservas petrolíferas localizadas off-shore, e mais de 90% do seu comércio exterior feito pelo mar, o Brasil se configura como um país simultaneamente marítimo e continental, uma dualidade geopolítica em seu entorno estratégico. (RODRIGUES, 2017).

A dinâmica histórica do Brasil com seus vizinhos pode ser vista resumidamente entre os períodos dos anos 70 até os anos 2000. Até a década de 1970 as relações sul-americanas possuíam uma geopolítica de contenção, na qual estava presente a desconfiança entre os vizinhos, que eram vistos como grande ameaças e inimigos, sendo assim a função da fronteira um instrumento que os separava. Essa desconfiança mútua resultou na distanciamento entre os países da América do Sul, seguido por um reduzido comércio intrarregional e pouca integração regional (MEDEIROS, 2008). A relação entre o Brasil e a Argentina tinha o caráter de que o vizinho era uma ameaça, na qual todo o movimento que o país vizinho fazia era percebido como intenções não amistosas ou confiáveis, ambos tinham uma postura agressiva e defensiva.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980 começaram então alguns eventos que mudaram essa postura dos países, como as iniciativas brasileiras de cooperação, sendo o ator central da região tentou também desconstruir a ideia da geopolítica de contenção. Pode-se destacar entre esses eventos o Tratado de Cooperação Amazônica de 1978, assim como a assinatura do acordo junto à Argentina e ao Paraguai que colocava um fim ao impasse da questão de Itaipu-Corpus – um marco histórico de uma parceria estratégica que daria início ao Mercosul – o posicionamento do Brasil durante a Guerra das Malvinas em 1980, muito importante para reforçar as relações com a Argentina e diminuir o dilema de segurança que possuíam. As relações entre Brasil e Argentina realmente se fortalecem com a assinatura da Declaração do Iguazu, na qual discursa sobre temas nucleares entre outros temas em 1985 e com o Tratado de Assunção, criando assim o Mercosul em 1991.

A partir do início dos anos 1990, já com a presença de governos civis eleitos diretamente em toda a região, as tratativas de cooperação regional ganham novos impulsos, alterando, em alguma medida, a percepção mútua entre os vizinhos. O argumento de que a democracia possa gerar a paz é controverso. O argumento inverso, porém, de que a paz – estabilidade geopolítica – possa ser um fator importante para a manutenção da democracia na região parece plausível. Algumas medidas tomadas pelos governos democráticos têm contribuído para possibilitar um “clima de paz” na região, incluindo-se o “controle civil” do aparelho militar por meio dos ministérios de defesa e a publicação de livros brancos. (MEDEIROS, 2008, p.33).

Porém, após o fim da Guerra Fria os países da América do Sul não possuíam propostas de uma política de segurança para a região, com essa falta de iniciativas se abria um espaço que permitia os Estados Unidos tomar iniciativas. Na década de 1990 a integração regional se restringia ao âmbito econômico, mas questões de defesa e segurança já eram discutidos.

O início do século XXI, porém, registra uma série de acontecimentos que parecem indicar a direção de uma arquitetura político-estratégica e acabam por desaguar na proposta de institucionalização de um arranjo propriamente sul-americano, representado pelo CDS. Tal postura parece romper com uma longa tradição pan-americana, revestindo-se de um interessante ineditismo geopolítico na América do Sul. (MEDEIROS, 2008, p.34).

Com a elaboração do Plano Nacional de Defesa em 2005 e a Estratégia Nacional de Defesa em 2008 - que deu origem ao Livro Branco de Defesa Nacional de 2012 - surge o termo entorno estratégico, tido como de extrema importância para a política externa do Brasil, definido como área de influência e interesse estratégico, um perímetro de segurança. No caso do Brasil seu entorno estratégico é a região aonde o país quer exercer sua influência e liderança – diplomática, econômica e militar – em regiões como América do Sul, África Subsaariana, a Antártida e a Bacia do Atlântico Sul.

Todo país possui um entorno estratégico, levando em conta sua configuração geopolítica no cenário internacional – que representa uma área anárquica, competitiva, hierarquizada, assimétrica – e com interseções de vários entornos estratégicos, podendo levar a choque de interesses e até conflitos. Por isso a presença ou interferência de uma potência externa ou mesmo interna é vista como uma ameaça à segurança nacional de um país. Essa situação pode ser amenizada por laços de interesses mútuos e recíprocos, que podem se traduzir em laços duradouros com intensificação na integração regional, na qual o objetivo da integração é feita de acordo com uma meta geopolítica, essa meta pode ser no que tange à segurança, desenvolvimento do país, poder internacional ou identidade. O que a integração regional busca é juntar os interesses particulares com os coletivos, de modo que potências hegemônicas se relacionem e cause uma mudança no *status quo* do sistema internacional.

O continente sul-americano é o que mais vem apresentando esse projeto de integração em relação as áreas de influencias do entorno estratégico do Brasil desde os anos 2000, isso se deve a maior abrangência de assuntos relacionados ao Mercosul em 2003; a declinação e praticamente fim da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) em 2005; a reformulação da agenda de integração sul-americana e a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2008; a retomada da IIRSA (Iniciativa para Integração de Infraestrutura

SulAmericana), criada em 2000, com diretrizes baseadas no neoliberalismo e na privatização para projetos autônomos baseados no COSIPLAN (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento) no âmbito da Unasul; a criação do Conselho Energético Sul-Americano (2007), visando a cooperação energética com os países sul-americanos; a criação do Conselho de Defesa SulAmericano (CDS) da Unasul (2009), mostrando a iniciativa brasileira para uma agenda de defesa e segurança sul-americana. Todos esses projetos e iniciativas que visam o entorno geopolítico brasileiro, com estratégias geopolíticas para obter uma força dissuasória que permita o país defender áreas estratégicas como a Amazônia, a Bacia do Prata e o Pré-sal, buscando ter soberania sobre seus recursos naturais e estipular defesas diante ameaças interestatais. Mostrando assim a importância geopolítica e geoeconômica do Brasil na região sul-americana, na qual a combinação do entorno estratégico brasileiro com a integração regional na América do Sul são dois fatores que andam juntos e fazem parte de um mesmo projeto político, como se observa nessas experiências a partir dos anos 2000.

Desde o início do século XXI, a integração regional da América do Sul – núcleo do entorno estratégico brasileiro que abrange as regiões do Atlântico Sul, a costa ocidental da África e a Antártida – passou a ser parte de um novo ciclo político que almejam criar uma nova perspectiva sobre essa região na geopolítica internacional, criando processos divididos entre os interesses políticos e econômicos internos, confrontando-se com a presença dos Estados Unidos nesta região. Os processos de integração sul-americana e geopolítica regional ainda encontraram outros obstáculos e desafios com a ascensão da China e a presença de metrópoles europeias na região. O papel de liderança do Brasil foi fundamental nesse contexto e em processos na qual atou com outras regiões, porém após 2016 sua ambição regional diminuiu criticamente. As questões de defesa e segurança regional estão relacionadas com as dimensões dos processos de integração sul-americana, sendo portanto de grande importância estudar as relações estabelecidas entre o Brasil e seus vizinhos em seu entorno estratégico. Será abordado nesse sentido as interações políticas, econômicas e identitárias que estão em curso na política brasileira de defesa para a América do Sul.

Está estabelecido no artigo 4º da Constituição de 1988 que o Brasil conduzirá suas relações internacionais pela cooperação e integração com os países da América Latina, orientação esta seguida pelo Livro Branco da Defesa Nacional, que enfatiza que a política de defesa do Brasil consiste na cooperação com seu entorno geopolítico. As ações e cooperações feitas pelo Brasil no Atlântico sul e na África fortaleceu sua presença nessas regiões, e o país começou a aprofundar sua presença na América do Sul. (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2017).

No tema de defesa, o Brasil exerce papel fundamental no que tange sua atuação na região, uma vez que faz fronteira com nove países sul-americanos, além da Guiana Francesa. Sua fronteira tem cerca de 16 mil quilômetros, e cerca de 12 mil corresponde à Amazônia Legal, esse fato aponta que monitorar essa região é uma prioridade na questão de controle de fronteiras. Por isso, as Forças Armadas do Brasil engajaram a Operação Ágata, que integra o Plano estratégico de Fronteiras do Governo Federal. Essa operação é feita desde 2011, tendo como objetivo reprimir delitos transfronteiriços – contrabando e narcotráfico – utilizando militares também nos períodos de grandes eventos como a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Outro programa foi criado por causa da interdependência das questões de defesa com as socioeconômicas, o Programa Nacional de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira<sup>7</sup>.

Para implementar a cooperação com os países da América do Sul o Brasil realizou ações de exercícios militares conjuntos, na qual os oficiais realizam treinamento e simulações. A principal dessas operações é a Operação Fraternal de 1978, entre a Marinha do Brasil e a Armada da Argentina. O objetivo era elevar o nível de operação entre as duas Forças, assim como incentivar um relacionamento e conhecimento profissional e de doutrinas. Os exercícios se alternam entre os países e suas águas jurisdicionais. Nos últimos dez anos já foram feitas oito operações conjuntas, na qual se utilizou submarinos, fragatas, corvetas, entre outros meios navais e aeronavais. Os Exércitos do Brasil e Argentina cooperaram em diversas operações, realizadas no território dos dois países e utilizando tropas terrestres e aeromóveis em seus simulados de força-tarefas. Ocorrendo também a cooperação entre as Forças Aéreas, como na Operação Prata, que combinou exercícios aéreos na região de fronteira entre Brasil e Argentina, incluindo os países vizinhos Uruguai e Paraguai, o que contribuiu para cooperação regional de defesa.

Existem níveis de diferença entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai em questões de estratégia no Atlântico Sul, tanto que os três países fizeram um pedido para a extensão das suas respectivas águas jurisdicionais para além de 200 milhas à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (Organização das Nações Unidas) em 2004. Apenas em 2017 o pleito brasileiro foi parcialmente aceito, o que fez o país reformular seu pedido para obter controle sobre a área, principalmente após a descoberta de petróleo e do Pré-sal. A Comissão de Limites colocou em sua agenda a análise desse pleito e espera dados do governo que comprovem que a

---

<sup>7</sup> Segundo informações disponíveis no Atlas da política brasileira de Defesa elaborado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

extensão pedida pelo Brasil está em conformidade com o prolongamento natural de seu território.

Em projetos de pesquisa tem-se buscado estudar tendência de conflitos no sistema internacional, o resultado é a diminuição de conflitos interestatais no período pós-Guerra Fria e um aumento na África e no sul da Ásia. Já na América do Sul são baixos o número desses conflitos, tanto intraestatais como interestatais. Observou-se que no cenário internacional, entre os anos de 1990 e 2010, os conflitos intraestatais são mais recorrentes que os clássicos conflitos interestatais. Analisando a geopolítica sul-americana se percebe que teorias como “dilema de segurança” não necessariamente se aplicam no continente, a zona de não guerra desenvolvida não significa que se tem uma zona de paz.

Ou seja, no caso sul-americano, as maiores ameaças teriam origem não em políticas de poder adotadas por Estados, mas na incapacidade destes de adotarem políticas públicas no enfrentamento de suas vulnerabilidades sociais. Neste caso, os principais problemas não seriam “de” fronteira – questão de defesa –, mas estariam “na” fronteira – questão de segurança. Sob tal inversão, a ameaça passaria a ser o vizinho fraco, incapaz de controlar seu próprio território, e não o vizinho forte. (VILLA e MEDEIROS, 2007, p. 8).

Assim, a situação da América do sul no que tange à segurança e defesa é paradoxal, por um lado se tem uma ausência de guerras formais e por outro lado a região apresenta problemas de violência social e império da lei. Essa instabilidade da violência doméstica constatando com uma relativa paz no cenário internacional caracteriza a região, podendo ser explicada por uma combinação de cinco fatores de aspectos políticos, históricos e geográficos. Primeiro, devido à localização geográfica na qual a região se encontra – na periferia do globo – o que diminui a sensação de ameaça para os outros Estados e reduz assim os gastos militares da região. Em segundo, diz respeito justamente ao pequeno poder bélico que a região possui, uma vez que fazer guerra custa muito, é preferível defender do que atacar. O terceiro fator se deve à presença dos Estados Unidos na região, que exerce o papel de estabilizador, constringendo assim que qualquer tentativa bélica ocorra na região. O quarto fator corresponde à prioridade que se dá aos problemas domésticos e aos os inimigos internos em relação aos interesses externos, a instabilidade interna política e institucional, na qual recorre-se ao aparelho militar para reprimir esses conflitos internos, entendendo-se assim que os problemas domésticos são questões de prioridade e não os problemas de defesa externa. O quinto aspecto é destacado pelo papel das normas nas relações internacionais e o impacto que elas têm no comportamento dos Estados da região e em suas relações, sendo percebido a inclinação de se resolver problemas de forma pacífica, utilizando arbitragem ou negociação, uma vez que esses Estados possuem certos

valores e interesses comuns, sendo ligados por um conjunto comum de regras. (Medeiros, 2014).

O equilíbrio de poder que a América do Sul atingiu é resultado de tensões entre Brasil e Argentina e acordos como o Tlateloco, o que possibilitou um processo de regionalização da segurança em uma comunidade plural. Disputas menores ocorreram no período dos anos 2002 até 2010, como tensões com os países Venezuela, Colômbia e Equador e atores extraregionais, como em 2002, quando a Rússia se colocou contra a apreensão feita pela Argentina de um barco pesqueiro com bandeira russa, na qual a tripulação disse está em águas internacionais enquanto na realidade estava em água territoriais da Argentina. Em 2010, o Brasil teve uma disputa militarizada com o Peru, quando 100 militares brasileiros ultrapassaram a fronteira do Peru por causa de uma disputa entre cidadãos brasileiros e peruanos. No entanto, o entorno estratégico brasileiro é considerado de certa forma pacífico no que tange a conflitos interestatal. Em questões de conflitos intraestatal e interestatal a situação da projeção de interesses brasileiros na África geram desafios e tensões para o Brasil, principalmente para sua almejada projeção internacional, o país pode optar por focar em operações de paz, na cooperação internacional e no seu papel como mediador de crises.

Desde o século XIX, a preocupação brasileira com a sua defesa se deve ao receio de perder parte de seu território, principalmente a Amazônia, isso fez com que a questão mais importante fosse a defesa do seu território e da plataforma continental. A presença de potências extraregionais se tornou um alerta para a América do Sul e sua organização, principalmente pelas memórias históricas deixadas pelo colonialismo, pelo imperialismo e pela Guerra Fria. Como a região foi inicialmente colônias de metrópoles europeias e está na área de influência dos EUA, ela possui regiões que são controladas por países europeu, deixando assim laços na área de defesa e estratégia. São regiões como a Guiana Francesa, um território ultramarino da França que abriga a base de Caiena, além do Centro Espacial de Kourou. No continente ainda possui controle do Reino Unido, que tem bases em ilhas, como a base naval na Ilha de Ascensão e nas Malvinas, esta última reivindicada pela Argentina e que é objeto de conflito desde 1982. (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2017).

A principal presença extrarregional é a potência econômica e regional americana, que firmou sua presença após a Segunda Guerra. Os EUA têm uma grande presença militar, como por exemplo por meio da Quarta Frota de sua marinha, que patrulha as águas internacional no entorno da América do Sul. O Brasil e a Argentina são os únicos países que não têm acordo de cooperação militar, mas ambos têm parceria com os EUA que constantemente tenta

negociações, principalmente nas áreas estratégicas como a da tríplice fronteira, na região sul, em Alcântara, no nordeste brasileiro e áreas próximas à Antártica.

Também há tentativas constantes dos EUA, a fim de reaquecer negociações com a Argentina e com o Brasil para a cessão de bases militares em seus respectivos territórios. A área da tríplice fronteira, no sul da região, Alcântara, no nordeste brasileiro, e áreas próximas à Antártida são vistas como estratégicas pelos EUA. (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2017). Nas áreas comerciais e financeiras outras presenças extraregionais surgem, pois estes produzem crescimento econômico e tem impacto positivo, como por exemplo o vínculo com a China, que aquece o comércio exterior brasileiro com grandes demandas, porém o principal investidor na região segue sendo os EUA, o que gera uma preocupação com a dependência externa em áreas estratégicas.

No final dos anos 1970 a cooperação sul-americana em defesa aumento significativa em relação aos anos anteriores, isso se deve a reformulação das relações bilaterais entre os países do Cone Sul, quando a desconfiança e conflitos fronteiriços foram superados, também por causa do enfraquecimento da influência americana, assim como os processos de redemocratização e a busca de maior autonomia na região. Com isso, os Estados sul-americanos intensificaram sua integração em diversas áreas, percebendo que uma esfera de insegurança não possibilitaria essa integração, aumentando a cooperação e intercâmbios em questões de defesa e segurança, criando em 2008 o Conselho de Defesa Sul-Americano, com vínculo na Unasul.

O caráter do CDS não é de alianças militares e sim um âmbito de consulta, cooperação e coordenação regional no que tange a defesa. Busca respeitar o princípio de soberania, a autodeterminação e a integridade territorial dos Estados, a não intervenção de assuntos internos dos outros países e o respeito à democracia e os direitos humanos. O CDS possui objetivos gerais como o de consolidar uma zona de paz sul-americana; construir uma identidade comum sul-americana em defesa; gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em defesa. E específicos como analisar os elementos comuns para uma visão conjunta em defesa; promover o intercâmbio de informações e análises regionais e internacionais para identificar fatores de risco que interfiram em um ambiente de paz; articular posições regionais em fóruns multilaterais de defesa; proporcionar a construção de visões compartilhadas sobre defesa; fortalecer a adoção de medidas de confiança entre os países; promover o intercâmbio e a cooperação na indústria de defesa; fomentar o intercâmbio de formação e capacitação militar e promover a cooperação acadêmica entre centros de estudo da defesa; estimular e apoiar ações humanitárias; compartilhar experiências em operações de paz da ONU; e incorporação da vertente de gênero no campo da defesa. Para o funcionamento do CDS, suas ações foram

divididas em quatro eixos: Políticas de Defesa; Cooperação Militar, Operações de Paz e Assistência Humanitária; Indústria e Tecnologia de Defesa; e Formação e Capacitação. Entre as ações que já foram realizadas se destacam os Exercícios militares bilaterais; Cursos e seminários para fomentar a compreensão e a visão comum de temas da defesa regional; Criação da Secretária Técnica Unasul-Haiti para auxiliar a participação e planejar uma estratégia de redução do contingente militar regional na Minustah; a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, na Argentina, e da Escola Sul-Americana de Defesa, no Equador, com o objetivo de gerar uma doutrina sul-americana de defesa; Desenvolvimento do projeto do avião EPB-Unasul-I.

No entanto, mesmo com o avanço de cooperação em defesa entre os países da América do sul terem aumentado, isso aconteceu de forma desigual. No Cone Sul os exercícios militares bilaterais é enorme, porém entre os países andinos encontra-se obstáculos em tensões político-militares, como na Colômbia, e na preferência de se fazer cooperação militar com os EUA. Por isso a CDS deve considerar todos esses eventos de natureza econômica, política e militar que ocorre em alguns governos que integram esse conselho para construir cenários futuros.

Outros processos importantes na área econômica e geopolítica da região são o Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) de 2009 – vinculado à Unasul como um conselho setorial – e a IIRSA em 2011, incorporada ao Cosiplan, para que atuassem conjuntamente no planejamento da conectividade regional e da articulação das infraestruturas. O conselho serve como fórum para debates políticos sobre estratégias a serem tomadas para implementação de uma infraestrutura sul-americana, assim como discussões sobre aspectos sociais e econômicos para melhor desenvolver a cooperação regional nas áreas de planejamento e infraestrutura por meio da consolidação de alianças estratégicas entre os países da Unasul.

O papel do Brasil como potência regional tem um contexto assimétrico em relação a seus vizinhos, e está ligado a fatores domésticos e sistêmicos. Deve-se colocar de um lado a ambição do país em se tornar um líder regional com suas capacidades materiais para sua projeção internacional em seu entorno estratégico. O Brasil possui grandes capacidades militares em relação aos outros países do seu entorno estratégico, com um arsenal de tanques, de peças de artilharia, navios de combate, de submarinos e aeronaves táticas. No entanto, isso não atesta a superioridade do país absoluta em uma eventual coalização militar. No seu entorno estratégico imediato, o gasto militar que o país tem comparado com o dos outros países como o Chile, Colômbia, Argentina e Peru é assimétrico. No entorno estratégico estendido, o surpreendente é ver que África do Sul e Angola são os países com maior gasto militar.

O ponto fraco do país fica visível na análise do orçamento das Forças Armadas, que mostra como é desuniforme e que prioriza políticas no setor de defesa. Entre 2007 e 2016, em média, 43,1% dos gastos em defesa foram para o Exército, 25,6% para a Marinha e 22,6% para a Força Aérea<sup>8</sup>. O preocupante nos gastos militares é observar que os gastos com pessoal e encargos atingem valores muito altos se comparados com os gastos com investimentos. Com baixo investimento em defesa, o Brasil mostra suas limitações para sua ambição de se projetar no cenário internacional, se comparar com seus vizinhos de seu entorno estratégico, o que nos leva a questão de se o Brasil possuiria a capacidade militar de se proteger e se projetar no seu entorno estratégico.

### 2.1.5 Caso da Rússia

A Rússia não é simplesmente uma ideia, é um país e um lugar específico no globo, possuindo uma língua e cultura majoritárias e uma história concreta. (BUSHKOVITCH, 2014). Porém, na maior parte do século XX, fora de suas fronteiras a Rússia foi uma ideia de socialismo e não um lugar, sendo o centro de debates conduzidos por pessoas que não tinham conhecimento da língua russa e nunca tinham estado no país, isso resultou em uma agenda estreita de debate que não refletia o que se passou na Rússia e o colapso da União Soviética. Esse colapso foi o que permitiu que várias publicações acadêmicas e históricas surgissem, tendo como objetivo esclarecer áreas que antes não se podiam investigar.

À medida que documentos e monografias continuavam a ser publicados aos borbotões na Rússia e no exterior, eles levantavam mais e mais perguntas sobre os quais historiadores acostumados com os debates polarizados da época da Guerra Fria nunca haviam refletido. Paradoxalmente, parece ter ficado mais difícil, e não mais fácil, entender a era soviética da história russa. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 14).

Na história da Rússia e no seu presente encontramos elementos muito diferentes, até o século XV, a Rússia e seu povo era chamado de “Rus” e não Rússia, e abrangia muitos territórios que hoje não estão dentro das fronteiras russas. Também viviam nessas terras povos que não eram russo e nem eslavos, mas que era vistos pelos russo como integrantes de sua sociedade. “Em 1917, os tsares e os milhões de colonos russos na estepe e na Sibéria haviam adquirido um território muito além das fronteiras medievais originais, e o Estado Soviético conservou a maior parte dessa área.” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 14). Para compreender a

---

<sup>8</sup> Segundo informações disponíveis no Atlas da política brasileira de Defesa elaborado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

história da Rússia, é necessário entender além das fronteiras da Federação Russa atual e considerar as diversas fases que o país passou, assim como a sua imensa diversidade.

A Rússia foi até o século XX uma sociedade economicamente atrasada, possuindo sociedades pré-industriais, muita agricultura primitiva, poucas e pequenas cidades e grande número de analfabetismo. Seu destino era se tornar a maior unidade política contínua do mundo e se expandir por toda a Ásia Setentrional. Possuía imensas áreas, porém sua população era muito rareada até o final do século XVII, com uma cultura moderna, uma estrutura social e política arcaica. A revolução Russa para muitos aconteceu em um país distante, na qual poucos falavam a língua ou possuíam qualquer conhecimento do país ou de sua história, o que resultou em um viés ocidental em jornais e trabalhos acadêmicos que tratavam do assunto. Até mesmo de turistas, que olhavam para o país como uma ideia, a versão soviética do socialismo, e não para um país específico, com uma história específica. “Com o fim da União Soviética, a história russa não precisa mais ser a história do desdobramento desta ou daquela ideia. Ela tornou-se a história ininterrupta de um povo específico em um lugar específico.” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 18).

O colapso da União Soviética e o ressurgimento da Rússia foram marcos na história, que são muito difíceis de descrever com profundidade, uma vez que muitas decisões importantes foram tomadas a portas fechadas e só vieram à público recentemente, o que ainda é objeto de estudo dos historiados. Além do fato de que principais eventos da época já terem sumido da memória e outros possivelmente foram relatos exagerados da população ou de acadêmicos. São poucas as fontes reais e muitos fragmentos de informações que não consiste em um bom material para estudo, ainda se tem a problemática da percepção entre os russo sobre o assunto, na qual a maioria são de populações antigas e diferem muito umas das outras. Por tanto, o que pode ser feito é um esboço dos acontecimentos e de algumas tendências sociais, políticas e econômicas mais óbvias, visando compreender esses eventos por parte de personalidades russas que viveram esse período.

Para discorrer rapidamente sobre o fim da URSS, partimos do ponto de quando Mikhail Gorbachev tornou-se secretário-Geral do Partido Comunista logo após a morte de Chernenko em março de 1985, trazendo uma nova equipe, entre eles o Boris Yeltsin que ficou encarregado da organização do partido. Gorbachev se formou em Direito pela Universidade de Moscou em 1955, o último líder soviético com formação universitária havia sido Lenin. Logo Gorbachev se tornou chefe do partido, e junto com Iakovlev tentou reformar a ordem soviética, tendo como inimigo outro chefe de partido, o Boris Yeltsin.

O primeiro ano de Gorbachev trouxe poucas mudanças, tendo como principal acontecimento a explosão do reator nuclear de Chernobyl em abril de 1986, assim o país que enviará o primeiro homem ao espaço, parecia não conseguir manter a segurança de seus reatores. Em 1987, Gorbachev começou a divulgar a ideia de “reestruturação” (*perestroika* em russo), e acrescentou a *glasnot*, algo que tem o significado de “abertura” ou “transparência”. “A ideia era a de que questões importantes tinham que fazer parte do debate público, não somente de discussões a portas fechadas entre a elite do partido. Ao mesmo tempo, toda uma série de medidas começou a abrir a estrutura econômica a empresas não-estatais” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 462).

Outra mudança importante foi a retirada soviética do Afeganistão, a retirada foi anunciada em 1988 e em um ano os soviéticos já haviam se retirado. Os anos depois da Perestroika estimularam novas publicações, estimulando a área política, mas não em todas as regiões, a Ucrânia e a Ásia Central continuaram com sua imprensa no modo soviético.

A emoção do debate político, o primeiro desse tipo em setenta anos, foi acompanhada por uma rápida deterioração da economia. As primeiras reformas econômicas de Gorbachev removeram muitos mecanismos da economia soviética mas não puseram nada no lugar. Ainda não existia um verdadeiro mercado. O fornecimento de bens de consumo, já muito ruim no início dos anos 1980, caiu catastroficamente. O Estado também começou a perder o controle da periferia. Em 1988, a Armênia começou a reivindicar Nagorno-Karabakh, um enclave armênio no vizinho Azerbaijão. Moscou não conseguiu resolver a disputa e a Armênia começou a rejeitar a autoridade do Estado soviético. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 463).

A mudança acelerou, e a portas fechadas uma espécie de privatização ocorria, enquanto outras mudanças eram no âmbito público, substituindo a hierarquia de escritórios do partido por escritórios “soviético”, em outras palavras, em escritórios do governo.

Dentro do partido, a oposição à Perestroika crescia. Então Gorbachev anunciou que o velho Soviete Supremo, a legislatura nominal da URSS, seria substituído por um “Congresso de Deputados do Povo”. As eleições para o novo congresso seria genuínas e abertas: haveria mais de um candidato por assento. O resultado foi uma eleição mais ou menos livre, a primeira desde 1917, mas os resultados foram dúbios. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 464).

Para Gorbachev o novo Congresso deveria ser um meio para avançar o processo de liberação econômica e democratização, incluídas na agenda da reforma, no entanto, a composição do novo Congresso gerou um impasse, pois Moscou e Leningrado elegeram deputados reformistas e a Ucrânia junto com a Ásia Central elegeram deputados conservadores que eram contrários as reformas. As repúblicas bálticas estavam mais interessadas no seu

processo de separação do que em reformas. As eleições assim levaram o público a se voltar novamente para Boris Yeltsin e, em 1987, ele se indispsôs com Gorbachev e o destituiu do cargo, se tornando deputado do Congresso.

O ano de 1989 também viu o colapso do poder comunista em todo Leste Europeu, que culminou na queda do muro de Berlim em novembro. Até os comunistas antissoviéticos na Romênia foram derrubados. Gorbachev aceitou tudo isso, esperando a princípio que levasse a relações melhores com o Ocidente. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 464).

Em 1990, Gorbachev se tornou chefe de Estado da URSS e completou a transferência do poder formal das instituições do partido para o Estado, mas isso não o favoreceu, ocorrendo grandes ondas de nacionalismo nas repúblicas bálticas e na Geórgia, criando novos problemas. Na Geórgia, ao eleger o escritor Zviad Gamsakhurdia como presidente criou um conflito entre a Abkházia e a Ossétia do Sul, o governo tentou impor a língua georgiana às essas duas minorias, banuiu partidos locais e aboliu a autonomia local. Com essa situação os soldados soviéticos tiveram que intervir, e agora as três repúblicas transcaucasianas estavam em turbulência e Gorbachev começava a perder o controle do país. Em 1991, a economia parecia ter atingido seu ponto mais baixo, assim como a autoridade do Estado. “Os comunistas determinados a preservar o sistema acabaram por oferecer inadvertidamente a oportunidade de destruí-lo”. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 465).

Foi no período de férias de Gorbachev na Crimeia, em agosto de 1991, que os ministros de Assuntos Internos e da Defesa juntamente com outros alto oficiais decidiram declarar estado de emergência, tomando assim o poder com o intuito de reverter o processo da reforma, mas encontraram pouco apoio do povo e de governos locais. Gorbachev foi mantido isolado na Crimeia pelos líderes do golpe, mas não obtiveram sucesso com isso, e pouco dias depois eles se rederam.

O resultado foi o colapso da União Soviética. Gorbachev retornou a Moscou, mas o país estava um caos. Enquanto ele lutava para manter a situação, Yeltsin reuniu-se com os líderes da Bielorrússia e da Ucrânia numa cabana de caça na floresta em Belovezha, na Bielorrússia. Os três aboliram a União Soviética. As outras repúblicas não foram consultadas: as repúblicas bálticas e a Geórgia já haviam declarado independência, mas os grupos de liderança das repúblicas centro-asiáticas ficaram abismadas coma ideia. (BUSHKOVITCH, 2014, p. 465).

O povo também não foi consultado na época, sendo que no início de 1991, foi realizado um referendo sobre a situação da União Soviética, e tanto o povo como a Ucrânia votaram a favor da autonomia, mas também da preservação da União, mostrando o desejo da liderança

local tanto de Kiev como de outras regiões. Com Yeltsin no poder, os líderes agora haviam mudado de ideia, e depois de 74 anos, chegava ao fim a existência da União Soviética.

A primeira transformação ocorreu na economia, na qual uma parte da política de privatização já estava pronta, com unidades de produção e bancos estatais transformados em empresas privadas. A outra parte da privatização consistia no que chamavam de “privatização por cupom”, todos recebiam cupons de propriedade, mas esses cupons na realidade não valiam quase nada. Foram surgindo clãs de empresários e clãs políticos que conspiravam entre si, surgindo também os gângsteres. Com o surgimento de uma nova oligarquia, o padrão de vida caiu muito, a vodka barata vinha da Bélgica e da Alemanha, e o chocolate *Snickers* dos Estados Unidos se tornou tão presente no país que começou a ser usado como parâmetro para a inflação. Crescia cada vez mais a oposição ao presidente Yeltsin, que em seu governo teve o vergonhoso fracasso de enviar tropas para tomar a capital da Chechênia, um dos principais centros de produção de petróleo. Apesar dos diversos conflitos e problemas do país, Yeltsin foi reeleito em 1996, a vitória se deveu mais ao fato da ausência de outro candidato. Em seu governo a crise asiática atingiu o Banco do Estado e fez a moeda do país, o rublo, despencar, isso fez a indústria russa aos poucos reviver, surgindo novos oligarcas financeiros que se enriqueceram da indústria e da extração de recursos. Segundo Bushkovitch (2014), as finanças da Rússia se restauraram com a parceria principalmente da União Europeia, tendo uma alta nas receitas com a venda de petróleo e gás natural. A guerra na Chechênia se tornou mais intensa em 1999, mas agora em favor da Rússia, que dessa vez conseguiu que a entrada de seu exército fosse mais lenta e de forma mais deliberada, conseguindo assim retomar Grozny, a capital da Chechênia, e a maior parte da região, instaurando assim um novo governo.

De acordo com Bushkovitch (2014), entende-se que Yeltsin já estava bastante cansado pelos anos políticos que viveu e renunciou de repente o seu cargo, nomeando o seu então primeiro-ministro Vladimir Putin como seu sucessor em 1999, sendo essa escolha ainda um mistério. Putin serviu a KGB por 25 anos, sendo 5 na Alemanha Oriental e depois compôs a equipe política do prefeito reformista de São Petersburgo, o Anatolii Sobchak. Foi para Moscou em 1996, e em algum momento acredita-se que ele chamou a atenção de Yeltsin. Sendo Putin muito mais jovem e com personalidade exuberante, ele ganhou rapidamente a popularidade entre os russo e atraiu a atenção mundial.

Putin no seu governo organizou rapidamente uma nova ordem que gerou uma relativa estabilidade econômica, revelando uma ligeira alta na taxa da natalidade e trazendo de volta a cultura, com muitos gastos em projetos como a reconstrução do Teatro Bolshoi. A nova prosperidade não era só resultado da venda de petróleo para a União Europeia, o mercado

interno e o comércio com a China começaram a crescer também, espalhando-se para fora do país, na qual a Rússia começou a desafiar a hegemonia dos Estados Unidos globalmente, embora ainda isolada da maioria das organizações econômicas mundiais, a Rússia encontrava na China um aliado e entrava novamente na política mundial depois de tanto tempo ausente.

Até o início da Guerra Fria o balanceamento e o equilíbrio de poder eram o que ditavam o cenário internacional, porém o fim da URSS teve o impacto de configurar globalmente essa balança e efeitos na nova ordem mundial pós-bipolar. Segundo Teixeira, teses como o fim da história de Fukuyama, colocavam a realidade como a de um só mundo, conectado, harmonioso, na qual o liberalismo e o capitalismo triunfariam, fazendo o papel da geopolítica ser desnecessário para explicar a realidade política e histórica, assim como o comportamento dos Estados.

O devir histórico encerrava seu curso na realização da democracia liberal e do capitalismo como ápices da evolução da sociedade, da política e da organização econômica. O esfacelamento da URSS e a conseqüente derrota de sua proposta de sociedade coroavam o modelo ocidental liberal como o único modelo de sociedade. (TEIXEIRA, 2017, p.169).

Porém, outras teses como *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (1996) de Samuel Huntington previa que logo o pós-Guerra Fria uma ilusão de harmonia surgiria, mas que isso não significaria progresso e que a Nova Ordem que estaria por vir não necessariamente seria pacífica, tanto que esse momento foi marcado por regionalização da economia, por conflitos e questões de segurança. No Pós-Guerra Fria os Estados Unidos então procuraram uma interpretação de mundo para reestruturar sua política externa e sua geoestratégia, uma vez que a ameaça da União Soviética não mais existia, não tendo assim mais bipolaridade no cenário internacional, as estratégias dos EUA quanto a defesa e segurança não se aplicavam mais, não somente para esse país, mas para o mundo. Se iniciou um período de conflito entre civilizações que mostrou como a globalização mudou a compreensão que se tinha sobre diversas áreas como geografia, história e política, a realidade se tornou complexa para explicar novas variáveis como cultura, identidade e etnicidade que surgiram.

Os Estados Unidos mostravam como única opção viável a democracia, o liberalismo e o capitalismo para a futura globalização, mas essa influência começou a ser questionada por potências como a Rússia e a China, não tanto na esfera mundial, mas principalmente nas esferas regionais. O que acaba gerando um problema para o *status quo* dos Estados Unidos como potência líder no pós-Guerra Fria, uma vez que com a Alemanha unificada, a URSS dissolvida, a desintegração do Pacto de Varsóvia e a integração de alguns desses países na Organização do

Tratado do Atlântico Norte (Otan), o cenário estratégico americano parecia estar bem resolvido, acreditando que sua visão seria aderida na Ásia e Oriente Médio e que os países não ocidentais iriam seguir sua modernização em todas as áreas: econômica (capitalismo), política (democracia) e ideológica (liberal). Porém a emergência de novas potências, como a China, e o ressurgimento de poder, como a Rússia, torna o cenário mais complexo e acrescenta novos elementos geopolíticos. Nessa ordem unipolar, na qual os Estados Unidos têm a supremacia militar e estratégica, o cenário muda, e a influência passa a ser mais importante e valorizada do que ter controle sobre recursos e territórios, principalmente no caso de potências médias ou regionais.

O ressurgimento da Rússia na geopolítica contemporânea é visto como nível intermediário por analistas, pois possui melhor sucesso em questões regionais do que a China, mas menos que o Irã por exemplo. Quando Vladimir Putin assumiu como presidente da Federação Russa, ele discursou sobre a importância de reestruturar o país e tem agido para isto, conquistando novamente espaços e influências no cenário internacional. Entretanto, a Rússia pós-soviética não tem o peso e a força econômica para se reestruturar e obter um espaço de poder semelhante ao da antiga URSS. Com o fim da União Soviética, não foi só a economia da Rússia que enfraqueceu, mas também sua capacidade militar e seus meios de projetar força no seu entorno. Com o fim da URSS, o Pacto de Varsóvia deixou de existir e vários países da antiga Cortina de Ferro passaram a integrar a Otan.

Os Estados Unidos ampliaram sua rede de contenção do poder russo em terra, na porção da Eurásia e nos mares, principalmente Mares Mediterrâneo e Negro, já planejam instalar um complexo sistema de defesa contra mísseis balísticos chamado *Aegis Umbrella*.

Desde 2008, quando a Rússia participou da guerra contra a Geórgia sob a justificativa de proteger as minorias russófonas na Ossétia do Sul (enclave ao norte do território georgiano) após agressão por forças georgianas, Putin apresentou uma disposição ímpar em frear o processo de perda de influência e status no espaço da antiga URSS. (TEIXEIRA, 2017, p.201).

Putin conseguiu vários avanços para a Rússia como bloquear a expansão da Otan, conquistar a influência da Armênia e retirar território da Geórgia. Na guerra civil Ucraniana, incorporou a Ucrânia, sendo esse o ápice da expansão russa.

A Península da Crimeia pertenceu ao Império Russo e depois à República Socialista Federativa da Rússia, na União Soviética. Em 1954 a Crimeia foi cedida à Ucrânia por Khrushchev. Quando o poder soviético foi estabelecido, a Crimeia se mostrou um território de grande importância, visto que de lá poderia se projetar poder marítimo para os Mares

Mediterrâneo e Negro, entre outros. Com o fim da URSS, Rússia e Ucrânia fizeram vários acordos que visavam permitir a Rússia o uso administrativo e militar da península, colocando nela grande parte de sua força naval, essa condição, no entanto, foi ameaçado por eventos políticos imprevisíveis em Kiev.

A partir dos anos 2000, o mundo foi varrido pelas chamadas revoluções coloridas, que atingiram primeiramente a Sérvia (2000), depois a Geórgia (2003) e, mais recentemente, a Ucrânia (2004) e o Quirguistão (2005). Países da antiga Cortina de Ferro passaram por mudanças de governo e, às vezes, de regime, que, em tese, os aproximavam à concepção de mundo capitalista, liberal e democrata. Na prática, esses países passaram para a órbita de influência dos Estados Unidos e da União Europeia, com consequências geopolíticas catastróficas para a Rússia. (TEIXEIRA, 2017, p.202, grifo do autor).

No caso da Ucrânia, ficou oscilando entre influências da União Europeia e Rússia e teve uma turbulenta eleição em 2010. Elegendo Yanukovich para presidente, candidato considerado pró-Rússia, fez uma diplomacia que tentava barganhar com Moscou e Bruxelas para atender aos interesses de Kiev. O presidente da Ucrânia acertou um acordo com a União Europeia, mas a Rússia interviu e causou uma reviravolta, fazendo Yanukovich ceder à Rússia, o que causou revolta de parte da sociedade civil contra seu governo e contra a influência russa na Ucrânia. Após protestos na Praça Maidan, a principal da capital ucraniana, o presidente caiu e levou o país a uma guerra civil. Com imensa instabilidade na Ucrânia, a principal base de operações no Mar Negro estava comprometido, sendo assim a Rússia ousadamente anexou a Crimeia, que agora é uma república autônoma.

O espantoso nesse caso é uma análise feita por Huntington sobre um conflito entre Rússia e Ucrânia e comparar com a situação atual. Huntington em 1996 afirma que Rússia e Ucrânia estão em uma situação de competição por receio de segurança, uma vez que possuem fronteiras em comum que são longas e desprotegidas. Apesar dos laços culturais e históricos que unem os dois países, existe uma linha de falha na Ucrânia, que separaria a civilização ortodoxa (leste da Ucrânia) da ocidental (oeste da Ucrânia), sendo assim, Huntington acreditava que seria mais provável a Ucrânia se dividir em duas, visto o corte civilizacional interno.

Embora ao ver esses expansionismos russo na Eurásia faça parecer que a Rússia está tomando uma postura ofensiva, na realidade existem muitos indícios de que na verdade se trata de uma contraofensiva geoestratégica. Vários países que eram do Pacto de Varsóvia estão integrando a Otan, mesmo com as conquistas russas na Geórgia, Armênia e Crimeia, a Rússia não está em ascensão, e sim em uma das maiores contrações geopolíticas que uma grande potência já passou na era moderna. O uso da força por parte da Rússia contra países do Leste

Europeu encontra mais motivos nas suas fraquezas do que em sua força, uma vez que prefere não participar na Guerra da Síria para não competir com os Estados Unidos, preferindo se aliar com a China e o Irã, que lhe parece mais favorável. Sabendo que não está em termos de poder compatível no âmbito geopolítico, Putin joga inteligentemente no cenário internacional, move-se com cautela e friamente.

#### 2.1.6 COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA (CRS)

Diante da nova estrutura emergente da segurança internacional, na qual o mundo não possui mais uma estrutura bipolar do pós-Guerra Fria, foi desenvolvida uma teoria chamada de Complexo Regional de Segurança (CRS) por Buzan e Wæver (1998), mostrando que agora o cenário internacional se dividia em uma estrutura regional, mais especificamente 1 + 4 regiões: EUA – sendo uma região – e China, Rússia, União Europeia e Japão – sendo as outras 4 regiões. O Complexo Regional de Segurança (CRS) é um modelo de segurança regional que procura analisar e tentar antecipar ou explicar os desenvolvimentos ocorridos em uma região, teoria desenvolvida dentro da Escola de Copenhague e que busca compreender as questões de segurança internacional partindo de uma análise regionalista. Com a complexidade do sistema internacional, o Complexo Regional de Segurança (CRS) seria um medidor da dinâmica global capaz de operar com as ideias do realismo e se baseando nas ideias do liberalismo, na qual o realismo se reflete como a autodefesa do Estado, ou seja, o Estado vai defender seu próprio interesse e no liberalismo encontra uma abordagem construtivista – que pode ser socialmente construída – estando no papel do Estado a decisão de paz ou guerra, determinado por padrões de amizade ou inimizade. A segurança internacional surgiu no que se refere a Estados, porém depois começou a levar em conta o indivíduo e o meio ambiente, sendo assim a análise do cenário internacional feita não somente pela visão global ou nacional e sim pela intersecção das duas, na qual no meio dessas duas visões está a análise do nível regional, que considera as ações e interpretação dos atores e não somente a distribuição de poder.

Por tanto, o Complexo Regional de Segurança (CRS) são regiões analisadas sob a lente da segurança, analisadas a partir de elementos desta, na qual os países estão tão próximos que em um complexo não pode deixar de pensar na segurança, porque existe uma interdependência, Segundo Buzan e Wæver (1998, p. 91, tradução nossa) o CRS pode ser definido como: “[...]um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecurização ou ambos estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente

analisados ou resolvidos separadamente um do outro”<sup>9</sup>. Por exemplo, o Brasil está tão perto dos países da América do Sul que esse se torna seu complexo na qual a segurança deve ser pensada, ou seja, deriva da interação entre, por um lado, a estrutura anárquica e suas consequências no equilíbrio de forças e, por outro, as pressões da proximidade geográfica local.

O Complexo Regional de Segurança (CRS) é estruturado em duas estruturas: relações de poder e padrões de amizade e inimizade, assim a análise das socialização dos Estados – argumento do construtivismo – como a distribuição de poder no âmbito global e regional – argumento do realismo ofensivo – é de extrema importância. O CRS é definido então por padrões duráveis, mas não necessariamente permanentes, de amizade ou inimizade. Os fatores que estão por trás desses padrões são históricos, culturais e ideológicos, na qual existem as relações de poder (unipolar, bipolar e multipolar e o padrão de amizade, que inclui as relações de amizade, como parceiros aonde existe em comum uma identidade ou crença; os rivais, na qual se calcula os ganhos e perdas; e os inimigos, aonde se encontra elementos de coerção e pouco espaço para diálogo. O CRS é estruturado em quatro variáveis: a fronteira, a anarquia (não há hierarquia, pois todos são soberanos), polaridade e construção social (rastros dos padrões duráveis das relações dos autores). Ela também possui quatro níveis: o doméstico (grau de vulnerabilidade dos Estados), o interestatal (a relação entre os Estados), o Intraregional e o global (trata das potências).

Segundo Buzan e Wæver (2003) os tipos de Complexo Regional de Segurança (CRS) são: o padrão – predomina o cenário Westphaliano claro, com a existência da anarquia e uma polaridade, mas que não possui um centro que estipule uma agenda, um exemplo seria a América do Sul; o Centrado – claramente há um centro ou centros que determinam a segurança, podendo ser centrado em uma super potência, tendo como exemplo os Estados Unidos; o Institucional – a região adquire qualidade de ator através de instituições, por exemplo a União Europeia; e o Grande poder, que consiste em bi ou multipolar com grandes poderes que ditam os polos regionais, como por exemplo o leste da Ásia e o norte aonde se situa parte da Rússia. Com base no padrão de relacionamento entre unidades de uma região, é possível identificar diferentes tipos de complexos regionais, variando entre ambientes conflituosos, em que a possibilidade de guerra é iminente, de um lado, e ambientes de relativa paz, de outro. Dependendo das características de relacionamento entre os países da região – padrão de amizade e/ou inimizade – os CRS são classificados em três diferentes tipos: i) formações conflitivas; ii) regimes de segurança; e iii) comunidades de segurança.

---

<sup>9</sup> No original: [...] a set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another.

### 2.1.7 Caso do Brasil

No entanto, Fuccille e Rezende (2013) acreditam que essa teoria aplicada a América do Sul apresenta limitações por não compreender completamente as dinâmicas da região. O Complexo Regional de Segurança (CRS) de Buzan e Wæver colocam o Estado como principal ator no cenário internacional, inserido em um ambiente anárquico, anarquia entendida não como socialmente construída, mas pela falta de um poder central. Porém os autores afirmam que os Estados não são as unidades dominantes das relações internacionais, o que permite que essa abordagem construtivista seja relativizada para se realizar uma análise empírica, abrindo espaço para mostrar que a balança de poder regionais são importantes para analisar questões de segurança e ameaças.

Todos esses elementos aproximam o realismo ofensivo e a teoria do CRS, ainda mais quando a percepção do cenário internacional não se limita somente ao Estados e se leva em conta o elemento regional, o que possibilita maior compreensão de como as polaridades regionais podem influenciar o comportamento das unidades.

Pode-se destacar como principais os dois tipos de CRS, o padrão e o centrado. Sendo o padrão definido o poder pela polaridade regional, com ausência de uma potência global. As dinâmicas regionais podem ser separadas das dinâmicas influenciadas externamente por grandes potências, sendo o padrão de amizade-inimizade definido como: conflituoso, regimes de segurança ou comunidade de segurança.

Já o modelo centrado se apresenta de três formas: unipolares (o polo é uma grande potência); unipolares (o polo é uma superpotência); centrados, porém integrados por instituições e não por um poder regional. Contudo, os teóricos dizem que se faz necessário incluir uma quarta forma de CRS centrado, uma vez que não existe uma que explique tal dinâmica, que seria um CRS centrado unipolar, porém a potência regional não é uma grande potência no nível global. Fuccille e Rezende (2013) fazem uma análise de como Buzan e Wæver categorizaram a América do Sul.

Conforme Buzan e Wæver, o CRS da América do Sul é categorizado como padrão, e apresenta dois subcomplexos relevantes: o Cone Sul e o Norte-andino. Há uma maior estabilização da região, que tendia, após a Guerra Fria, a se distanciar de radicalismos, do controle político dos militares, com destaque especial para os processos de integração regional. A segurança cooperativa mostra-se importante nesse período, tendo, como foco, ameaças externas – o que batia de frente com a agenda imposta pelos EUA, em especial na Colômbia, na Guerra contra as Drogas, uma vez que direciona o combate para um inimigo interno. (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 81).

Assim, a presença dos Estados Unidos na América latina é adjacente uma vez não se vislumbra uma balança de poder na região sem a presença deste, sendo categorizado como uma relação de penetração e não sobreposição. No entanto, desde a Guerra Fria, a agenda e prioridades dos EUA mudaram e passaram a não incluir a América Latina, o que ocasionou em um distanciamento e possibilitou a criação de um sub-regionalismo por parte do Brasil e Argentina tendo ainda uma influência estadunidense. Com essa mudança na postura dos EUA, a cooperação dos países sul-americanos se intensificou, proporcionando uma integração econômica com uma agenda de segurança e com o Mercosul tendo um caráter securitizador.

Segundo Fuccille e Rezende (2013), a América do sul possui um caráter mais estável por causa do papel exercido pelo Brasil como ator hegemônico estabilizador, que prefere lidar com as situações de forma diplomática, e não pela penetração dos EUA na região.

Os países sul-americanos aderem ao princípio da não intervenção, mas deixam para os EUA o papel de intervir quando necessário, esse envolvimento externo leva ao transnacionalismo. Como no caso do subcomplexo Note-Andino, que apresenta muitos conflitos estatais, fronteiriços e instabilidades democráticas, permitindo maior penetração dos EUA nessa região do que no subcomplexo do Cone-Sul.

Apesar das diferenças e do risco de uma separação do CRS da América do Sul em dois, o papel do Brasil é que continua servindo para manter uma unidade entre os dois subcomplexos. A pergunta colocada é se o Brasil buscaria se envolver na guerra contra as drogas, criando uma alternativa que evitasse a presença maciça dos EUA na região e buscasse multilateralizá-la, ou se o Brasil tentaria um engajamento político seletivo com alguns países da região. (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p. 83).

Os teóricos possuem dúvidas sobre o Mercosul ser uma fonte securitizador para a região, e por mais que a questão das drogas funcione como elemento que separa, o que se espera é que funcione como coesão para a região, que por mais que não seja fortemente polarizada, não se percebe uma tendência dela se dividir por causa do papel que o Brasil exerce em juntar os dois subcomplexos e a relação institucional que existe entre os diversos processos de integração regional.

Para Fuccille e Rezende (2013), o Brasil pode ser visto como uma potência unipolar dentro da América do Sul que consegue dominar as dinâmicas de segurança da região, uma vez que a região não tem mais atenção e prioridade na agenda dos EUA e com isso possibilita uma autonomia consentida, possibilitando que o Brasil exerça um papel maior no Complexo

Regional de Segurança (CRS) criando agendas de segurança que aproxime as regiões e os dois subcomplexos.

Essa aproximação se dá via institucionalização, e dois fenômenos são marcantes: a criação da Unasul e, em especial, do seu Conselho de Defesa Sul-americano, e a entrada da Venezuela no Mercosul como membro pleno. Diferentemente do que apontam Buzan e Wæver, a coesão institucional e o futuro de uma possível comunidade de segurança passam a ter mais a ver como futuro da Unasul do que do Mercosul e do papel exercido pelo Brasil. O protagonismo exercido pelo país na criação da Unasul e do seu Conselho de Defesa o qualifica como ator central para o CRS, exercendo sua hegemonia regional via institucionalização e agregação para um processo de integração regional. (FUCCILLE; RESENDE, 2013, p. 85).

Assim, diferente do que Buzan e Wæver previam, o CRS da América do Sul não caminharia para uma divisão de dois subcomplexos diferentes, mas em um CRS centrado, tendo como polo não uma grande potência global e sim regional e de atuação vacilante como o Brasil se apresenta. Sendo assim, as relações entre os países sul-americanos estariam situadas em um padrão de amizade/inimizade intermediário, o regime de segurança.

As novas prioridades dos Estados Unidos após o 11 de setembro abriram espaço para uma autonomia da América do Sul de desenvolver suas próprias políticas. Por volta dos anos 2000, o presidente Fernando Henrique Cardoso tomou a iniciativa de realizar em Brasília a I Cúpula Sul-americana, visto a necessidade de intensificar as relações dos países. Após um longo período de letargia, o Brasil e países vizinhos despertaram para a urgência de se criar uma agenda comum, criando-se novos arranjos institucionais.

O presidente Lula também traria grandes e relevantes mudanças, tanto internas como externas, devido à dimensão de maior *player* do Brasil na região e suas dimensões geográficas. Foi durante seu mandato que foi instituída o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), com proposta iniciada em 2006 e aprovada na Reunião Extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da Unasul em dezembro de 2008. Entre esse período da proposta e aprovação ocorreram muitas articulações para vencer os obstáculos de diferenças de forma e conteúdo dos doze membros e afastar a ideia de que o projeto tinha como objetivo consolidar a hegemonia brasileira na região.

O CDS tinha como objetivo promover a interlocução entre os seus integrantes, fomentando o intercâmbio nos campos de defesa e segurança, na qual as decisões só tem validade se concordadas por consenso e com pelo menos um encontro anual ordinário entre os ministros de Defesa. Mas essa estruturação do CDS só foi possível porque se optou por uma não confrontação aberta com os EUA, entendendo-se que para realizar a integração regional seria necessária uma perspectiva de desenvolvimento.

### 2.2.1 Caso do Rússia

Como já foi descrito, a teoria do Complexo Regional de Segurança (CRS) abrange dois tipos: o padrão e o centrado. A Rússia poderia ser categorizada no modelo centrado unipolar, na qual o polo é uma grande potência que determina a segurança. Pensar em termos de regiões facilita a análise das agendas criadas pelos países no que tange seus objetivos de estratégia para defesa e segurança. Seu Complexo Regional de Segurança seria a Eurásia, massa que forma em conjunto a Europa e a Ásia. No Caso da Rússia, pensar em seu CRS é observar a dinâmica que ela tem com seus países vizinhos e que tipo de políticas e agendas que são construídas.

Diferentemente do Brasil, os Estados Unidos vislumbram uma balança de poder com a Rússia, sendo a presença estadunidense não adjacente e sim relevante para a agenda que a Rússia cria e suas ações, uma vez que a agenda dos EUA prioriza e tem relações com a Rússia. Um exemplo disso é o papel da Rússia junto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no Conselho OTAN-Rússia, criado em maio de 2002, e inclui todos os membros da OTAN para trabalharem na base do consenso como parceiros. Na OTAN muitos desses parceiros são países que fazem fronteira com a Rússia como o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Finlândia, o Cazaquistão, a Ucrânia e a Mongólia. Esses e outros países ao redor do mundo são parceiros no conselho do *Euro-Atlantic Partnership Council (EAPC)*<sup>10</sup>, ou traduzido, o Conselho de Parceria Euro-Atlântica, que envolve 50 nações e consiste em um fórum multilateral, fornecendo assim diálogo e consulta sobre questões políticas e de segurança entre os Aliados e os países parceiros. O Conselho fornece o quadro político global para a cooperação da OTAN com os países parceiros na área euro-atlântica, assim como para as relações bilaterais desenvolvidas entre a OTAN e os países parceiros individuais no âmbito do programa da Parceria para a Paz (*Partnership for Peace – PfP – programme*).

Os membros do EAPC trocam regularmente pontos de vista sobre questões atuais relacionadas com a política e a segurança, incluindo a evolução das situações de segurança no Kosovo e no Afeganistão, onde forças de paz dos países aliados e parceiros são implantados em conjunto. Consultas e cooperação de longo prazo também ocorrem em uma ampla gama de áreas. Estabelecido em 1997, o EAPC sucedeu o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (NACC), que foi criado em 1991, logo após o fim da Guerra Fria. Essa decisão refletiu o desejo da OTAN de construir um fórum de segurança mais adequado para uma parceria mais

---

<sup>10</sup> Segundo informações disponíveis no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO).

aprimorada e operacional, combinando as relações cada vez mais sofisticadas que estão sendo desenvolvidas com os países parceiros.

A consulta e a cooperação a longo prazo realizam-se numa vasta gama de domínios no âmbito do Programa de Trabalho da Parceria Euro-Atlântica (EAPWP). Estas áreas incluem a gestão de crises e operações de apoio à paz; questões regionais; controle de armas e questões relacionadas com a proliferação de armas de destruição maciça; terrorismo internacional; questões de defesa, como planeamento, orçamento, política e estratégia; planeamento de emergência civil e preparação para desastres; cooperação em armamentos; segurança nuclear; coordenação civil-militar da gestão do tráfego aéreo; e cooperação científica. O EAPC também tomou iniciativas para promover e coordenar a cooperação prática e o intercâmbio de conhecimentos em áreas-chave. Estes incluem o combate ao terrorismo, a segurança das fronteiras e outras questões relacionadas com a proliferação de armas de destruição em massa e armas ligeiras e de pequeno calibre. As políticas da OTAN – EAPC também foram acordadas para apoiar os esforços internacionais em apoio à Resolução nº 1.325 do Conselho de Segurança da ONU sobre mulheres, paz e segurança, bem como para combater o tráfico de seres humanos.

O Conselho OTAN-Rússia (NRC)<sup>11</sup> foi estabelecido como um mecanismo de consulta, formação de consenso, cooperação, decisão conjunta e ação conjunta. Dentro do NRC, os estados membros da OTAN e a Rússia trabalharam como parceiros iguais em um amplo espectro de questões de segurança de interesse comum. O Conselho OTAN-Rússia (NRC) foi estabelecido na Cúpula Otan-Rússia em Roma, em 28 de maio de 2002, pela Declaração sobre “Relações OTAN-Rússia: uma Nova Qualidade”. A Declaração de Roma baseia-se nos objetivos e princípios do Ato Fundador OTAN-Rússia de 1997 sobre Relações Mútuas, Cooperação e Segurança, que continua a ser a base formal para as relações OTAN-Rússia. O NRC substituiu o Conselho Conjunto Permanente (PJC), um fórum de consulta e cooperação criado pelo Ato Fundador OTAN-Rússia de 1997.

Em abril de 2014, após a intervenção militar ilegal da Rússia na Ucrânia e sua violação da soberania e integridade territorial da Ucrânia, a Aliança suspendeu toda a cooperação prática entre a OTAN e a Rússia, incluindo a que teve lugar no âmbito do NRC. No entanto, a Aliança concordou em manter abertos os canais de comunicação no NRC e no Conselho de Parceria Euro-Atlântica ao nível dos Embaixadores, para permitir a troca de pontos de vista, em primeiro lugar, sobre a crise na Ucrânia. Três reuniões do Conselho OTAN-Rússia aconteceram em 2016, outras três em 2017, dois em 2018 e uma em 2019. A OTAN continua aberta a um diálogo

---

<sup>11</sup> Segundo informações disponíveis no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO).

político periódico, focalizado e significativo com a Rússia, com base na reciprocidade, conforme acordado na Cúpula da NATO em Varsóvia em julho de 2016. O Conselho OTAN-Rússia tem um papel importante como um fórum de diálogo e troca de informações, para reduzir mal-entendidos e aumentar a previsibilidade.

Por mais de duas décadas, a OTAN tem trabalhado para construir uma parceria com a Rússia, desenvolvendo o diálogo e a cooperação prática em áreas de interesse comum. A cooperação foi suspensa desde 2014 em resposta à intervenção militar da Rússia na Ucrânia, mas os canais políticos e militares de comunicação continuam abertos. Preocupações sobre o contínuo padrão desestabilizador das atividades militares e a retórica agressiva da Rússia vão muito além da Ucrânia. A ação militar desproporcional da Rússia na Geórgia em agosto de 2008 levou à suspensão das reuniões formais do NRC e à cooperação em algumas áreas até a primavera de 2009. Os Aliados continuam a pedir à Rússia que revogue seu reconhecimento das regiões georgianas da Abkházia e Ossétia do Sul, Estados independentes.

As preocupações dos aliados sobre as ações e políticas desestabilizadoras da Rússia vão além da Ucrânia e incluem atividades militares provocativas perto das fronteiras da OTAN<sup>12</sup> que vão do Báltico ao Mar Negro; retórica nuclear irresponsável e agressiva, postura militar e postura subjacente; os riscos colocados pela sua intervenção militar e apoio ao regime na Síria; e o ataque de um agente no Reino Unido em março de 2018, uma clara violação das normas internacionais. No dia 1 de fevereiro de 2019, o Conselho do Atlântico Norte emitiu um comunicado em apoio da decisão dos Estados Unidos de suspender as suas obrigações ao abrigo do Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF) em resposta à violação material do Tratado por parte da Rússia. A Rússia continuou a negar sua violação do Tratado INF, recusou-se a fornecer qualquer resposta confiável e não deu passos demonstráveis para retornar ao cumprimento total e verificável.

A OTAN respondeu a este ambiente de segurança alterado, reforçando a sua postura de dissuasão e defesa, mantendo-se aberto ao diálogo. A Aliança não procura confrontar e não representa ameaça para a Rússia. Com base no padrão de relacionamento entre a Rússia e seus vizinhos, particularmente com Azerbaijão, a Geórgia e a Ucrânia, segundo a teoria do Complexo Regional de Segurança (CRS) o país se enquadraria no tipo de complexo regional na qual predominam ambientes conflituosos, em que a possibilidade de guerra é iminente. Com as características de relacionamento entre a Rússia e os países da sua região e, incluindo também

---

<sup>12</sup> Segundo informações disponíveis no site da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO).

seu relacionamento no órgão da OTAN, a Rússia estaria classificada no Complexo Regional de Segurança (CRS) do tipo de formações conflitivas.

Inserindo esse contexto na teoria do *heartland* desenvolvida pelo geógrafo inglês Halford J. Mackinder, o “coração da terra”, lugar em que, no futuro, se decidiria o controle geopolítico do planeta, seria uma zona territorial que abrangeria os continentes europeu e asiático - denominado Eurásia ou Ilha Mundial - indo da Rússia para o oriente. De acordo com a teoria, com as contingências geográficas o meio marítimo se desenvolveu muito, tanto por questões de comércio como de segurança, e a Europa por exemplo se tornou detentora de grande poderio naval, tendo assim controle das vias marítimas. Porém, com os avanços do século XX e as mudanças tecnológicas foi possível desenvolver o motor à combustão e as grandes ferrovias transcontinentais, o que permitiu mobilidade terrestre dentro de grandes massas territoriais, assim o poder naval estava ameaçado pelo poder terrestre, o que alteraria também os conflitos armados.

Com base nessa teoria, a grande preocupação geopolítica e estratégica de Mackinder era uma provável aliança militar entre a Rússia e a Alemanha. Segundo Mackinder, um acordo entre os dois países tornaria esses Estados aptos a ameaçar o equilíbrio de forças na Eurásia, provocando uma transformação das relações de poder no mundo. A preocupação se baseava no fato de que a Rússia, considerada o pivô geográfico, se situa no *Heartland* e possui uma massa terrestre contínua, que se estende da Europa Oriental ao Extremo Oriente, território de extrema riqueza em minerais estratégicos e energia que, articulados às potencialidades industriais da Alemanha, tornaria possível a exploração desses recursos em benefício do desenvolvimento e da manutenção do poder militar estratégico.

Mackinder conclui que, dessa forma, o poder naval começaria a ser ameaçado pela emergência do poder terrestre. O *Heartland* era geograficamente um território invulnerável ao alcance das potências marítimas. Uma aliança entre Rússia e Alemanha seria, portanto, do ponto de vista estratégico, a articulação entre recursos industriais e recursos naturais e demográficos. Em última instância, essa aliança representaria o domínio do território eurasiático e, segundo o geógrafo inglês, dominar essa região significaria dominar o mundo.

Com a repercussão dessa teoria e com a Guerra Fria, outra teoria surgiu em contrapartida, chamada de *Rimland*. A tese de Mackinder teve grande repercussão política, principalmente para o governo da Grã-Bretanha, que nos anos seguintes buscou a manutenção do equilíbrio de poder no continente por meio da aplicação de uma estratégia política fundamentada no isolamento entre a Alemanha e a Rússia. As teorias de Mackinder também influenciaram gerações de estrategistas e estudiosos da geopolítica moderna e contemporânea.

Foi com base na teoria do *Heartland* que o estrategista americano Nicholas J. Spykman (1893-1943) desenvolveu a teoria do *Rimland*, também denominada de Estratégia da Contenção, que serviu de base para o desenvolvimento da doutrina de segurança dos Estados Unidos depois da II Guerra Mundial. Nicholas J. Spykman era um ávido defensor de uma política intervencionista norte-americana tanto na Europa quanto na Ásia. Contrariando os argumentos dos estrategistas que defendiam a hegemonia dos Estados Unidos apenas no âmbito do continente americano e o isolacionismo em relação ao equilíbrio de poder na Europa e na Ásia, Spykman dizia claramente que a América seria vulnerável às invasões provenientes tanto do Hemisfério Ocidental (Europa) quanto do Hemisfério Oriental (Ásia).

Na avaliação de Spykman, embora os Estados Unidos tenham uma posição geográfica privilegiada – com dois oceanos, que o separam dos continentes asiático e europeu – e de uma posição estratégica favorável no continente americano – enquanto poder hegemônico – a tridimensionalidade dos conflitos armados (devido ao desenvolvimento dos poderes terrestre, naval e aéreo) ameaçaria inevitavelmente a segurança da nação. Conforme argumentou Spykman, o imperativo estratégico americano deveria ser voltado para uma política externa intervencionista. A macroestratégia americana seria baseada na teoria do *Rimland*, ou poder periférico, tendo como resultado o desenvolvimento do poder aéreo na aéreo naval e a supremacia nos mares e oceanos. Levando-se em consideração o princípio de que as condições geográficas de um país determinam sua estratégia de segurança, era indispensável à segurança dos Estados Unidos ultrapassar os limites de suas fronteiras geográficas. Essa macroestratégia teria como consequência a criação de várias linhas de defesa, baseadas em bases navais situadas no Hemisfério Norte, região do globo terrestre que concentra os principais centros do poder mundial.

A primeira linha de defesa, contudo, deveria estar situada na orla eurasiática, ou seja, em países fronteiriços com o *Heartland*. Desse modo, pretendia-se conter a expansão soviética para a periferia do continente eurasiático. O controle político e militar do *Heartland*, por parte da União Soviética, representaria o domínio dos recursos demográficos e naturais da eurásia e, por conseguinte, a chance de controlar o mundo. Conclui-se, portanto, que a política intervencionista que os Estados Unidos deveriam colocar em prática seria concebida como uma defesa de sua soberania e de sua segurança estratégica. O que, efetivamente, os Estados Unidos fizeram e continuam a fazer, como será analisado mais à frente no capítulo 4, que discursa sobre as formas que os países têm utilizado para defender a segurança de suas fronteiras, principalmente se os governos têm usado tecnologia como recurso para melhor monitorar as regiões não vivificadas.

### 3 DESENHO DOS PAÍSES NO CONTROLE DAS ÁREAS DE FRONTEIRA

#### 3.1 TIPOLOGIA DAS FRONTEIRAS

Como já foi mencionado neste trabalho, existe uma problemática em caracterizar o que consiste “fronteiras”, isso também persiste na classificação de seus tipos e à teoria das fronteiras, que tenta “conseguir agrupamentos significativos que possam mediar a relação com a prática concreta”. (MARTIN, 1998, p. 55). Mesmo que se considere o limite como mais preciso que a fronteira, ela corresponde juridicamente à uma abstração, sendo o ponto, a linha e o plano também abstrações geométricas, assim o espaço estatal é volumétrico e não plano como as cartografias fazem-nos crer. Porém, mesmo que se reconheça que as barreiras ao comércio são na verdade políticas, não se pode aceitar supor que as fronteiras físicas e culturais possam simplesmente desaparecer, sendo assim, “a fronteira ‘linear’ não supera a contradição entre ‘naturais’ e ‘históricas’”. (MARTIN, 1998, p. 55).

Na tentativa de se classificar as fronteiras, algumas teorias têm buscado se deter a aspectos ligados aos tipos de Estados e outras aos tipos de territórios, outras pela coexistência no espaço, enquanto outras buscam explicações na evolução das fronteiras ao longo do tempo. Grandes correntes de pensamento discursaram sobre as fronteiras, se interpenetrando, uma vez que é no debate de ideias que nasce o conhecimento, não existindo portanto um sistema absolutamente fechado ou uma só verdade.

Pode-se reconhecer dois tipos fundamentais de abordagem, uma integradora que tem como objetivo compreender a dialética das fronteiras, e outra, a analítica, que propõe isolar e classificar o fenômeno a partir das suas partes mais significativas. Na abordagem dialética, após o fracasso da oposição natural/histórica para se classificar fronteiras, Camille Vallaux propôs a relação de fronteiras “vivas” e ‘mortas”, sendo diferenciadas não somente pela densidade do povoamento como também da relação de intercâmbio entre as duas populações limítrofes, de acordo com Martin (1998). Entre os dois caberia uma categoria intermediária, chamada “fronteiras esboçadas”, referente aquelas que ainda não amadureceram, mas já apresentam certo desenvolvimento. Semelhante a esta visão, também é comum a oposição entre fronteiras “moles e “duras”, sendo referente à maior ou menor facilidade de cruzamento da fronteira.

Nos Estados Unidos um grupo de geógrafos se basearam por uma classificação genética das fronteiras, subdividindo-as em quatro tipos: a) Fronteiras antecedentes: quando antecederam o povoamento, ou melhor, ligam-se a projetos exteriores aos povos autóctones, como por exemplo a América e a África; b) Fronteiras subsequentes: posteriores ou

consequentes de um desenvolvimento econômico prévio, como por exemplo a fronteira germano-polonesa na Alta Silésia; c) Fronteiras superimpostas: Quando cortam áreas em que existe uma unidade cultural, por exemplo na Europa Central e no Oriente Médio; d) Fronteiras consequentes: estabelecidas em regiões escassamente povoadas, ou até desabitadas, ou ainda onde barreiras físicas provoquem um “efeito barreira” às comunicações, mantendo as populações isoladas, por exemplo as montanhas da América Central e Meridional, assim como os Pirineus na Europa e os desertos e montanhas na Ásia e na África. (MARTIN, 1998).

### 3.2 Caso do Brasil

O subcontinente da América do Sul se localiza na parte periférica do globo, se estendendo por uma área de quase 18 milhões de km<sup>2</sup>, compõe quase cerca de 12 % da superfície terrestre do planeta e 42% do continente americano. Possui imensa riqueza natural e diversidade física, biológica e climática, contendo desde desertos áridos, a florestas tropicais e geleiras. Também possui a maior parte de terras com maior potencial agricultáveis do mundo<sup>13</sup>.

As palavras amazônia e pan-amazônia deveriam simbolizar a mesma imagem geográfica. Na realidade isso não acontece. Essa imensa região natural, portadora de ecologia uniforme, abrangendo o território de seis países tributários, é enfocada por seus condôminos sob uma visão particularizada. Assim é quando o brasileiro ou o venezuelano, colombiano, peruano, equatoriano ou bolivariano refere-se à Amazônia está falando na sua Amazônia nacional. (MATTOS, 2001, p. 16).

Alguns geógrafos incluem as três Guianas entre os países amazônicos, porém do ponto de vista hidrográfico, esta visão é criticada, uma vez que seus territórios estão fora da bacia, separados por uma parede advinda do sistema guianês.

Em decorrência do art. 199 da Carta de 1946, regulamentado pela Lei nº 1.806, de 1953, O Congresso Nacional criou o território da Amazônia Legal, fundado em critério misto – político, fisiográfico e geográfico – envolvendo os territórios dos estados do Pará e Amazona, e Rio Branco (Roraima) e ainda as partes do estado de Mato Grosso ao norte do paralelo 16°, a do estado do goiás ao norte do paralelo 13° e a do estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. Este patrimônio físico, assim delimitado, passou a ser favorecido pelos benefícios fiscais estipulados pelo aludido art. 199 do texto constitucional, que estipula o destino de 3% da renda federal ao desenvolvimento da região amazônica. (MATTOS, 2011, p. 63).

O ano de 1943 foi marcado pela tomada de posição do governo federal no que tange seus problemas territoriais, que saiu de uma inércia republicana que já durava mais de meio

---

<sup>13</sup> Segundo informações obtidas no texto: Breve Panorama da Segurança na América do Sul de Medeiros.

século, sendo interrompida pela criação do território do Acre, uma decisão que tinha que ser tomada pois envolvia questão internacional. A União tentou uma vitalização dos espaços amazônicos, mas não pela redivisão territorial como alguns geopolíticos brasileiros acreditavam e propuseram estratégias políticas de território para os espaços vazios. O que a União procurou realizar foi a criação de organismos federais de atuação regional como o Sudam, o Suframa, o Incra entre outros, para executar nas regiões projetos e programas governamentais, porém alguns setores não obtiveram sucesso e tiveram dificuldades por causa da falta da presença do poder regional.

A melhor estratégia dinamizadora para as vastas extensões amazônicas, a que chegará a resultados mais concretos em prazos menores, não resta dúvida de que será a de combinar uma adequada divisão territorial com permanente e ativa atuação dos organismos regionais planejadores e coordenadores dos projetos de desenvolvimento econômico e social. (MATTOS, 2011, p. 71).

A massa continental sul-americana possui fatores geográficos como os dois grandes oceanos que banham suas costas e a espinha dorsal andina alternando-se rumo norte-sul, mais encostada ao Pacífico, segundo Mattos (2011), ela divide a terra em duas enormes vertentes, duas bacias, a Platina e a Amazônica, que carregam grandes estímulos de interesses regionais integrados. A posição do Brasil nessa região de calha fluvial é privilegiada, possuímos 69% da áreas e “[...] somos recipientes de todas as suas águas e as levamos ao respiradouro de um amplo delta no Oceano Atlântico [...]” (MATTOS, 2011, p.138), possuímos limites fronteiriços com todos os países, menos o Equador. Nossa topografia também é muito favorável, uma vez que as Amazônias da Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia Equador e Guiana só se comunicam com o litoral. O que falta para essa região de ecologia uniforme é um projeto de desenvolvimento integrado. A Amazônia brasileira continua a ser a área de menor densidade populacional, com 2 habitantes por Km<sup>2</sup>, e possui menor PIB do nosso país. O que se propõe é uma estratégia pan-amazônica, com desenvolvimento socioeconômico sub-regional e multinacional, beneficiando todos os países condôminos da bacia com o alargamento das fronteiras econômicas de todos. “As províncias amazônicas dos países sul-americanos merecem uma política de comunidade que lhes dê um impulso verdadeiro no sentido de seu desenvolvimento econômico e social” (MATTOS, 2011, p.141). Podendo assim falar de uma América do Sul continental, formada por enorme regiões interiores de nove países vizinhos, acordando não só o *hinterland* brasileiro, mas também desses outros países, acrescentando áreas fronteiriças interiores entre Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, se conectando via terrestre e marítima, estimulando nessas áreas interiores o intercâmbio

internacional, integrando-se e vertebrando-se, resolvendo assim a problemática geopolítica da região, como outros países como os Estados Unidos e a União Soviética apresentaram.

No Brasil temos fronteiras sem pendências, consideradas todas como de uma mesma civilização, diferente da Rússia e da China. Possuímos problemas “nas” fronteiras e não “de” fronteiras, apresentando um grande vazio demográfico entre a Amazônia e o sul de Minas Gerais e uma considerável concentração demográfica mais ao sul do país, sendo a maior fronteira do Brasil com a Bolívia, depois com o Paraguai. A faixa de fronteira é aonde o país tem o maior cuidado e legislação própria, no Brasil a faixa de fronteira corresponde a 27% do seu território, ou seja, 2.357.850 Km<sup>2</sup>, com 588 municípios e 10 milhões de habitantes. O limite de fronteira do Brasil tem 16.866 Km, apresenta 7.363 km de linha seca e 9.523 Km de rios e lagos, com 122 municípios e 30 cidades gêmeas, que surgiram como pelotões de vigilância, sendo municipais e não tendo competência federal. A fronteira é uma ilusão cartográfica, pois não separa os países com uma linha certa, muitas vezes o que ocorre é rios cortarem as fronteiras perpendicularmente ao invés de separar os Estados, esse problema se apresenta no caso da fronteira do Brasil (cidade de Tabatinga), com a Colômbia (cidade de Letícia), e com a cidade de Bela Vista e Ponta Porã no Mato Grosso do Sul do Brasil com Pedro Juan Caballero do Paraguai, que constitui uma conturbação com Ponta Porã, ou seja, uma unificação da mancha urbana das duas cidades, em consequência de seu crescimento geográfico<sup>14</sup>.

A região Amazônica é caracterizada como uma região não-vivificada, ou seja, com baixa densidade demográfica, apresentando assim grandes vazios demográficos, na qual os habitantes dessa região não se concentram ocupando toda a região, especialmente as regiões de fronteiras, e sim se agrupam, espalhando-se pela região. Essa situação abre espaço para que a fronteira da Amazônia não seja vista como um escudo ou barreira que separa os países, mas sim uma oportunidade para os fluxos ilícitos, uma vez que o ilícito vê no vazio dessa fronteira uma oportunidade de cometer delitos e se aproveita da fraca presença do Estado nessa região, sendo assim o império da lei do Estado quase inexistente no que se trata de fluxos ilícitos de toda ordem. Assim as fronteiras da Amazônia podem ser classificadas como fronteiras vivas, pois apesar de pouco povoada, o intercâmbio entre populações limítrofes como na fronteira entre Brasil com Paraguai e Colômbia é bem intensa. Caracterizando uma fronteira “mole”, com facilidade de cruzamento, às vezes é somente uma rua que separa os dois países, fazendo surgir assim as cidades gêmeas, pelotões de vigilância municipais, sem competência federal. E

---

<sup>14</sup> Segundo informações obtidas no texto Defesa, Segurança e Políticas Públicas no Brasil: A Fronteira Centro-Oeste de Medeiros.

ainda podendo ser classificada como fronteiras antecedentes, uma vez que o projeto do Brasil foi feito antes do povoamento propriamente dito, por questões envolvendo os processos de Império e colonialismo que o país passou.

Em termos de geografia física, ou seja, descrição de aspectos naturais a América do Sul se divide em três grandes partes: i) andina; ii) platina; e iii) amazônica. Para analisar melhor os diferentes níveis de integração regional e os aspectos de defesa e segurança, essa região é melhor analisada quando dividida em cinco grandes porções, assim, mesmo sobrepostas, torna possível analisar as diferentes dinâmicas regionais. As porções sub-regionais são: Amazônia, Cone Sul, Andes, Brasil e Guianas. (MEDEIROS, 2014). Com essas sub-regiões Medeiros faz uma análise em seu modelo do Arco da estabilidade e instabilidade do Brasil.

### Porções regionais da América do Sul



Fonte: Medeiros Filho (2010)<sup>15</sup>

### 3.3 Caso da Rússia

A Rússia se localiza na Eurásia, que compõe os continentes da Europa e da Ásia, sendo separado pela cordilheira dos Montes Urais, pelo Rio Ural, pelo Mar Negro e pelo Mar Cáspio<sup>16</sup>. Portanto a Rússia possui a peculiaridade de estar localizada em dois continentes, sendo assim o maior país do mundo em termos de área territorial, com extensão territorial de 17.125.178

<sup>15</sup> Mapa obtido no texto: MEDEIROS, Oscar Filho. Breve Panorama da Segurança na América do Sul.

<sup>16</sup> Segundo informações disponíveis no site Britannica.

metros quadrados. A Rússia abrange uma diversidade biológica e geográfica, com diferentes vegetações, climas e solos. A maior parte da topografia do país é composta por vastas regiões de planícies, predominada por estepes no sul, densas florestas ao norte e tundras (bioma específico de regiões com baixa temperatura e estações de crescimento curtas que impedem o crescimento de árvores) ao longo da costa norte. A tundra reveste a maior parte da planície desde do norte até o sul, mas também são encontrados nestas regiões pastagens (estepes) e regiões áridas no Mar Cáspio. Na Sibéria existe essa vasta diversidade de vegetação também, mas o que predomina no seu território é a taiga ou florestas coníferas, típicas de regiões com altas latitudes, com clima frio e polar. A Rússia possui as maiores reservas florestais do mundo, são 41 parques nacionais, 101 reservas biológicas e 40 reservas das biosferas da UNESCO (A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), essas reservas florestais são conhecidas como “os pulmões da Europa”, ficando atrás somente do Brasil com a Floresta Amazônica, pela quantidade de dióxido de carbono que a floresta absorve<sup>17</sup>.

Localizada no território da Rússia, a Sibéria é uma extensa região localizada no extremo norte do continente asiático, que se estende dos Montes Urais até o Oceano Pacífico, do sul partindo do Oceano Ártico até os montes do centro-norte do Cazaquistão e indo até a fronteira com a Mongólia e a China. A região da Sibéria ocupa cerca de 13, 5 milhões de Km<sup>2</sup>, podendo ser dividida geograficamente em: planície Ocidental Siberiana, a Sibéria Central, o planalto Central Siberiano e a área de Baikal. No planalto Central Siberiano pode-se encontrar muitos recursos minerais, especialmente carvão, ferro, ouro, diamante e gás natural<sup>18</sup>.

Antes da colonização russa, a Sibéria era povoada por tribos de diversas etnias, com organização social primitiva que se adaptavam culturalmente às condições físicas da região e viviam da caça e da colheita. Atualmente, a ocupação humana na região é principalmente urbana, com cerca de 40 milhões de pessoas e uma densidade demográfica de 0,32 habitantes por Km<sup>2</sup> (cerca de três pessoas por Km<sup>2</sup>). A região passa por um processo de urbanização e a maioria da população é de origem russa, as principais cidades são: Irkutsk, Krasnoyarsk, Novosibirsk, Omsk e Tomsk.

Como já foi mencionado a Rússia faz fronteira com dezoito países, sendo eles: a Noruega, a Finlândia, a Estônia, a Letônia, a Lituânia, a Belarus, a Polônia, a Ucrânia, a Geórgia, o Azerbaijão, a Abkházia, a Ossétia do Sul, o Cazaquistão, a China, a Mongólia, a Coreia do Norte, o Japão e os Estados Unidos da América. A Sibéria faz fronteira somente

---

<sup>17</sup> Segundo informações disponíveis no site The Guardian.

<sup>18</sup> Segundo informações disponíveis no site Britannica.

com o Cazaquistão, a Mongólia e a República Popular da China. A região da Sibéria é caracterizada como uma região não-vivificada, ou seja, com baixa densidade demográfica por conta do frio intenso, explicado pela sua proximidade com o Polo Norte, apresentando assim grandes vazios demográficos, na qual os habitantes dessa região não se concentram ocupando toda a região assim como na região Amazônica.

Primeiro podemos caracterizar as fronteiras da Rússia como fronteiras “vivas”, uma vez que a densidade populacional é maior, principalmente na parte europeia, assim como as relações de intercâmbio entre as populações limítrofes. Sendo caracterizada como fronteiras “moles”, pela facilidade de cruzamento da fronteira. E também como fronteiras subsequentes, pela herança das consequências do desenvolvimento econômico prévio advindo desde da URSS. Já as fronteiras da Sibéria podem ser classificadas como “mortas”, pela baixa densidade de povoamento e intercâmbio entre as populações. Sendo também “duras”, uma vez que o clima e a superfície gelada dificulta o cruzamento da fronteira. Podendo ser classificadas como fronteiras consequentes, pois são estabelecidas em regiões com escassez de povoamento, aonde existem barreiras físicas que provoca uma barreira às comunicações e mantem as população um tanto isoladas.

Em termos de geografia física, ou seja, descrição de aspectos naturais a Rússia têm uma divisão bastante diferente da do Brasil e mais complicada, pois as fronteiras russas possuem pendências por não serem consideradas todas como de uma mesma civilização por conta das diversas etnias existentes na região. O território da Rússia é organizado por divisões federais, também chamado de sujeitos da Federação Russa, são entidades constituintes, ou seja, divisões administrativas na qual uma divisão política têm autonomia concedida para gerenciar seu próprio governo local. Segundo a Constituição da Rússia, ele possui atualmente 85 subdivisões federais, as duas últimas adicionadas foram em 2014, Sebastopol e República da Crimeia<sup>19</sup>, porém não são totalmente aceitas pela comunidade internacional como parte da Ucrânia. A Constituição da Rússia descreve que a Federação Russa consiste em 21 repúblicas, 9 krais (territórios), 46 oblasts (regiões), 2 cidades de importância federal, 1 oblast autônomo (região autônoma), 4 okrugs autônomos (distritos autônomos)<sup>20</sup>, acrescentando as 2 recentes divisões federais Sebastopol e República da Crimeia, todos sujeitos iguais da Federação russa e cada divisão federal possui sua própria constituição e legislação.

---

<sup>19</sup> Segundo informações disponíveis na Constituição da Federação Russa nos artigos 2º, 3º, 4ª, 5º, 65º e 66º do texto constitucional.

<sup>20</sup> Segundo informações disponíveis no site RUSSOBRAS, um projeto de informações sobre a Rússia fundado pelo Centro Científico do Instituto de Direito e Economia de Moscou (IDEM).

A Rússia se localiza ao mesmo tempo em dois continentes, a Eurásia, como já foi mencionado é uma massa formada pela Europa e pela Ásia, separados pelos Montes Urais (este localizado na Rússia), sendo esse seu Complexo Regional de Segurança. Porém não existe uma definição de quais são as regiões da Eurásia, por ser um conceito construído social e historicamente, podendo ser descrita de formas diferentes dependendo do tipo de análise e das variáveis que se leva em consideração, existindo assim muitas variações. Por tanto, para análise geopolítica da região será definido essas regiões a partir dos países que de alguma forma tenham relação com a Rússia, ou por fronteira física ou por dinâmica histórica. As regiões então definidas são: Europa Central, Europa Oriental, Sudeste Europeu, Cáucaso, Ásia Central, Norte da Ásia, Extremo Oriente, Oriente Médio, Sudeste Asiático e Sul da Ásia.

Será utilizado nesse trabalho as regiões da Eurásia para adaptar a Rússia ao modelo do Arco de estabilidade e instabilidade desenvolvido por Medeiros, permitindo assim analisar melhor os diferentes níveis de integração regional e os aspectos de defesa e segurança nessa região, que dividida em 10 regiões, que assim, mesmo sobrepostas, torna possível analisar as diferentes dinâmicas regionais. No Mapa com o título Ásia, abaixo, é possível ver algumas dessas regiões.

## Ásia



Fonte: <https://pt.wikivoyage.org/wiki/%C3%81sia> (alterado por Clarissa Afonso - 2019)<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Mapa alterado por Clarissa Afonso (2019) com os gráficos das principais regiões da Rússia.

### 3.4 ARCO DA ESTABILIDADE E INSTABILIDADE

Para uma análise mais profunda da tipologia das fronteiras do Brasil e da Rússia, será utilizado o modelo desenvolvido por Medeiros do Arco da estabilidade e instabilidade, com o foco em compreender os movimentos de integração e fragmentação das regiões de cada país, que após o estudo de cada região resultará na divisão da região do CRS de cada país – a América do Sul e a Eurásia - em dois grandes arcos: o da estabilidade e o da instabilidade.

### 3.5 Caso do Brasil

A região da Amazônia envolve os países pertencentes à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Geopoliticamente, destaca-se como potencial espaço de articulação subcontinental, podendo vir a se constituir em um dos pivôs da integração sul-americana. Mais que em qualquer outro lugar do subcontinente, é na Amazônia onde as chamadas novas ameaças mais se misturam à noção de defesa nacional, gerando um complexo de insegurança. A própria geografia do lugar impõe barreiras a processos cooperativos mais ambiciosos. De uma forma geral, a região é “ocupada” por grandes vazios demográficos e por escassa “presença” dos Estados. A riqueza natural desta porção, porém, constitui importante aspecto para a formação de uma identidade regional na medida em que se compartilha, mutuamente, a percepção de “cobiça internacional” sobre os recursos naturais da Amazônia. Neste caso, a ameaça deixa de ser o vizinho e passa a ser o interesse estratégico de grandes potências exteriores à região. Para fins da análise deste texto, consideram-se países amazônicos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. (MEDEIROS, 2014, p. 27).

A outra sub-região é o Cone Sul, que abrange os países Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. É uma região que representa aproximadamente o espaço regional na qual o Mercado Comum do Sul (Mercosul) teve origem, sendo a região que apresentam maiores processos cooperativos, superando uma geopolítica hobbesiana no que se refere a relações entre Brasil-Argentina e Argentina-Chile. A mudança do relacionamento desses países tornou possível a adoção de políticas de armamentos e operações de exercícios militares conjuntos, diminuindo assim a visão de rivalidade e ameaça mútua que predominava na região. Porém, os problemas recentes em relação ao comércio internacional e uso de fontes energéticas tem colocado em dúvida a capacidade de aprofundar a integração da região.

A sub-região dos Andes é composto pela Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A região possui fraca tradição do que diz respeito à integração, na qual predomina

a desconfiança entre os países: Chile-Peru; Chile-Bolívia; Peru-Ecuador; Ecuador-Colômbia; e Colômbia-Venezuela. Ao contrário do Cone Sul, na qual existe uma integração regional muito boa, que caminha rumo à uma comunidade de segurança, na porção andina o processo de integração é o oposto.

A sub-região do Brasil possui características próprias, com imensa dimensão continental, uma herança imperial e lusitana, a língua portuguesa, um alto grau de miscigenação cultural e grande dinâmica industrial com uma assimétrica produção interna. O Brasil tem um papel de destaque na geopolítica desempenhada na região, levando em conta sua condição geográfica, que lhe oferece um relevante instrumento estratégico para a integração da região, além do peso político que suas decisões possuem no continente, permitindo ao país agir com relativa liderança e expor iniciativas e cooperações como a já mencionada CDS.

A sub-região das Guianas compreende países com pouca expressividade no tema de defesa e segurança regional, isso se deve ao fato destes países terem sido colônias até a segunda metade do século XX, sendo que a Guiana Francesa ainda é território ultramarino da França. Outro fato é a barreira natural que separa as Guianas dos outros países do continente, a maioria das fronteiras da Guiana estão em porções amazônicas, isso combinado também à barreira cultural, com diferentes línguas oficiais. A porção regional é composta pela Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa.

De uma forma geral, a irregularidade espacial do processo de integração regional na América do Sul aponta para níveis de estabilidade/instabilidade também espacialmente irregulares. Enquanto o Cone Sul apresenta considerável êxito, as porções Amazônia e Andes apresentam níveis de integração bem mais modestos. É exatamente nestas porções, onde o processo de integração é mais escasso, que se localizam áreas de potenciais conflitos territoriais, entre as quais se destacam as fronteiras entre Chile, Peru e Bolívia – a situação mediterrânea da Bolívia se constitui hoje na maior ameaça latente de conflito territorial no subcontinente –, as cercanias do lago Maracaibo (Colômbia-Venezuela) e a região de Essequibo (Venezuela-Guiana). Apesar de, em todas as porções analisadas, coexistirem simultaneamente movimentos de integração e de fragmentação, pode-se, de forma geral, dividir a região segundo dois grandes arcos: o da estabilidade e o da instabilidade. (MEDEIROS, 2014, p.28).

Em todas as porções coexistem ao mesmo tempo movimentos de integração e de fragmentação, podendo assim de forma geral, dividir a região segundo dois grandes arcos: o da estabilidade e o da instabilidade. O arco da estabilidade consiste à faixa atlântica (Mercosul estendido) e o arco da instabilidade corresponde à porção onde persistem zonas potenciais de conflitos armados, com destaque para a Amazônia e os Andes.

Observa-se que os níveis de integração geopolítica na América do Sul obedecem uma linha de gradação crescente entre a parte atlântica – com maior nível de integração/estabilidade e a parte pacífica – com integração comprometida e apresentação de instabilidade regional. Assim, a sub-região do Cone Sul se situa em um padrão intermediário de integração regional, em um regime de segurança, segundo a teoria do Complexo Regional de Segurança (CRS), enquanto as sub-regiões Amazônia, Andes e Guianas se situam em uma formação conflituosa, como pode ser observado no mapa abaixo.

### Arco da estabilidade e da instabilidade na América do Sul

**Arcos da estabilidade e da instabilidade na América do Sul**



Fonte: Medeiros Filho (2009).

Fonte: Medeiros Filho (2009)<sup>22</sup>

### 3.6 Caso da Rússia

A região da Europa Central compõe os países: Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Polônia e República Tcheca. Todos esses países possuem laços históricos com a Rússia, alguns desde os Czares, outros quando esta era URSS, a maioria foram conflitos que ocorrem no período da I e II Guerra Mundial. Hoje, todos esses países adquiriram sua independência e fazem parte da União Europeia e da OTAN, possuindo Forças Armadas bem equipadas e com o foco mais em

<sup>22</sup> Mapa obtido no texto: Breve Panorama da Segurança na América do Sul de Medeiros.

missões de paz, estabilização e defesa da Europa. Por tanto, mesmo que a região tenha um passado conflituoso com a Rússia, atualmente como todos estão dentro da ONU, as Forças Armadas desses países por mais modernos que sejam têm a finalidade pacificadora na Europa, não se apresentando para a Rússia como uma região conflituosa.

A região da Europa Oriental compõe os países: Estônia, Letônia, Lituânia - também conhecidas como países bálticos - Belarus, Finlândia, Rússia Europeia, Moldávia e Ucrânia. Os países bálticos possuem um passado conflituoso com a Rússia Império e a União Soviética, tendo sido dominadas e anexadas no passado até conquistarem sua independência. A Belarus (conhecida como Bielorrússia) possui um passado menos conflituoso, fez parte da URSS com seu território dividido entre Polônia e União Soviética, com a invasão nazista, ficou sob o domínio germânico até o final da guerra, com a dissolução da União Soviética alcançou sua independência. A Finlândia, que possui fronteira com a Rússia, desde o Império Russo quando era Grão-ducado autônomo percorreu vários conflitos e guerras para declarar sua independência. A Moldávia também pertenceu a URSS e durante a I Guerra Mundial permaneceu sob o domínio russo, com o processo de dissolução da URSS declarou sua independência. A Ucrânia fez parte da URSS que após seu colapso declarou independência e passou a ter o domínio da força militar que ficou em seu território, possui armas nucleares e uns dos maiores exércitos do mundo, atualmente foi anexada pela Rússia. Todos esses fatores caracterizam a região como conflituosa, principalmente pela questão que envolve a Ucrânia.

A região do Sudeste Europeu compõe os países: Albânia, Bulgária, Romênia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia, Montenegro, Kosovo e Sérvia. Dentre esses países a Albânia, Bulgária e Romênia possuem passado de ocupação soviética, mas atualmente são independentes e membros da OTAN, por essa razão a Bulgária e a Romênia possuem forças Armadas bem equipadas. Os outros países foram repúblicas que formaram a ex-Iugoslávia, com desejo de mais autonomia e com muito conflitos, ocorreu a desintegração da Iugoslávia e os países Bósnia-Herzegovina, Croácia, Macedônia, Montenegro, Kosovo e Sérvia declararam independência. A região se caracteriza como conflituosa para a Rússia.

A região do Cáucaso compõe os países: Armênia, Azerbaijão e Geórgia, além da parcela da Federação Russa inserida nesta região. Essa região possui muito conflitos que já foram mencionados no trabalho, o enclave com a Armênia e com a Geórgia caracteriza essa região de fronteira como muito conflituosa.

A região da Ásia Central compõe os países: Afeganistão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão, além de Xinjiang, na República Popular da China. Nessa região dois países estão mais relacionados com a Rússia, o Cazaquistão, que possui muito

conflito com a Rússia, e a China que ao contrário é uma grande aliada do país, mas como só uma parte da China se encontra nessa região, ela se caracteriza como conflituosa.

A região do Norte da Ásia compõe os países: Federação Russa em seu território asiático, Sibéria e Mongólia. Essa é uma região caracteriza como não conflituosa, a Sibéria e a Mongólia possuem baixos índices democráticos. A Mongólia apresenta pouco interesse em uma agenda de defesa e segurança e a Sibéria, como região da Rússia, é um território que vem sendo explorado mais para fins estratégicos militares, como será analisado no capítulo 4.

A região do Extremo Oriente compõe os países: Parte da China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Japão, Mongólia e Taiwan. O país que se destaca na região é a China e sua parceria com a Rússia, sendo grande aliada do país em termo de industrialização e negócios, caracterizando essa região como não conflituosa.

A região do Oriente Médio compõe os países: Arábia Saudita, Bahrain, Chipre, Emirados Árabes Unidos, Egito, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Palestina, Qatar, Síria e Turquia. Uma região que internamente já passa por processos políticos complexos e guerras civis, é uma região conflituosa para a Rússia no que tange às questões da Síria e o fornecimento de equipamentos militares que visto pelo sistema internacional, principalmente pela OTAN é muito reprovado, a relação da Rússia com a Síria causou repreensão da OTAN.

A região do Sudeste Asiático compõe os países: Brunei, Camboja, Singapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia, Timor-Leste e Vietnã. A região não possui envolvimento direto com a Rússia, mas está em seu complexo Regional de Segurança, tem como integrante um dos tigres asiáticos, Singapura, se caracterizando como uma região não conflituosa.

A região do Sul da Ásia compõe os países: Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. Essa região está no Complexo Regional de Segurança da Rússia, integra a Índia, que possui grande riqueza comercial e cultural, sendo desde a União Soviética grande parceira comercial, principalmente na área de armas. Atualmente possui relações estratégicas na área de defesa com a Rússia, caracterizando a região como não conflituosa.<sup>23</sup>

Em todas as porções coexistirem ao mesmo tempo movimentos de integração e de fragmentação, podendo assim de forma geral, dividir a região segundo dois grandes arcos: o da estabilidade e o da instabilidade. O arco da estabilidade consiste à parte Norte da Rússia e o

---

<sup>23</sup> Segundo informações disponíveis no site da OTAN/NATO e no site da embaixada de cada país das regiões da Eurásia. Os sites das embaixadas não foi disponibilizado, pois tornaria o trabalho muito extenso e é de fácil acesso, sendo o principal foco a relação da Rússia com essas regiões e não com cada país.

arco da instabilidade corresponde à porção onde persistem zonas potenciais de conflitos armados, com destaque para Cáucaso, Ásia Central e Oriente Médio.

Pode-se observar que os níveis de integração geopolítica na Eurásia obedecem uma linha de gradação crescente entre a parte norte e leste – com maior nível de integração/estabilidade e a parte sul e oeste – com integração comprometida e apresentação de instabilidade regional. Assim, as regiões da Europa Central, Norte da Ásia, Sudeste asiático, Sul da Ásia e Extremo Oriente se situam em um padrão intermediário de integração regional, em um regime de segurança, segundo a teoria do Complexo Regional de Segurança (CRS), enquanto as regiões Europa Oriental, Sudeste Europeu, Cáucaso, Ásia Central e Oriente Médio se situam em uma formação conflituosa, como pode ser observado no mapa abaixo.

Mapa político da Ásia (Arco da estabilidade e instabilidade da Eurásia)



Fonte: <https://pt.dreamstime.com/ilustra%C3%A7%C3%A3o-stock-mapa-pol%C3%ADtico-de-%C3%A1sia-image83242718> (alterado por Clarissa Afonso - 2019)<sup>24</sup>

<sup>24</sup> Mapa alterado por Clarissa Afonso (2019) com os gráficos das áreas contendo o Arco da estabilidade e o Arco da Instabilidade da Rússia.

## 4. APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE OS PAÍSES

### 4.1 TECNOLOGIA USADA PARA VIGILÂNCIA DA FRONTEIRA

O objetivo desse estudo comparado é descrever, de forma comparativa, os sistemas de proteção de fronteiras em áreas pouco povoadas em países gigantes e investigar a hipótese de que diante da porosidade das fronteiras (fluxos de toda ordem) países têm adotado sistemas de controle remoto, com emprego de alta tecnologia, como condição necessária para a proteção de suas fronteiras em áreas anecúmenas.

#### 4.1.1 Caso do Brasil

Na América do Sul a região que apresenta maior desafio para o Brasil é a Pan-Amazônia, uma grande floresta tropical com a maior biodiversidade mundial. O território do Brasil compreende quase 70% da extensão amazônica, uma região que abrange nove países, é habitada por cerca de 34 milhões de pessoas, ocupa 40% do território sul-americano, possui 20% da água doce do mundo e possui imensa riqueza mineral, genética, e energética, por essa razão sendo muito cobiçada internacionalmente por países, cientistas e ONGs. O Ministério de Defesa do Brasil ciente disso e consternado com a situação, tem trabalhado para a conservação e defesa dessa região, buscando cooperação com países vizinhos. (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2017). O Brasil vem buscando exercer sua soberania na região, principalmente no que tange a exploração de recursos minerais, seguindo as políticas ambientais e de desenvolvimento, comprometida a reduzir os danos ao meio ambiente.

Dentre os desafios postos à defesa da região, a biopirataria e a presença de redes de tráfico são certamente os problemas que ameaçam a soberania nacional de forma mais silenciosa e que colocam dificuldades de controle sobre o luxo de materiais genéticos. Os efeitos da biopirataria são notados pela multiplicação de patentes estrangeiras sobre produtos originários da região, tanto para fins terapêuticos como comerciais. Os altos preços de animais e de recursos genéticos no mercado internacional são o principal atrativo tanto para atravessadores, quanto para as próprias populações locais que, dada a baixa oportunidade de trabalho e comércio na região, podem ver no tráfico de animais e naqueles recursos uma alternativa de sustento em uma das áreas paradoxalmente mais pobres do ponto de vista socioeconômico no país. (LIMA et al., 2017, p. 63)

O Programa Amazônia Protegida reforça a presença militar na região, que conjectura a implementação aos poucos de pelotões especiais de fronteira e a de modernização dos existentes. Ainda que seja uma das principais zonas estratégicas, os gastos com defesa são

considerados muito baixos para cobrir eficientemente todo o território. O programa de controle territorial que tem se apresentado como uns dos mais efetivos é o Programa Calha Norte (PCN), iniciado em 1985, tinha como objetivo a manutenção da soberania, a integridade e ao desenvolvimento da região. Sob operação das três forças armadas, o programa abrange cerca de 30% do território nacional, 8 milhões de pessoas e 46% da população indígena do Brasil e atua na construção de infraestrutura (rodovias, portos, creches, hospitais, fornecimento de energia, poços artesianos, entre outros) e assistência social.

Longe de representar unanimidade, a presença militar na região suscita uma série de conflitos envolvendo as populações indígenas, bem como a complexa sociodiversidade destes povos quilombolas, seringueiros e ribeirinhos. Historicamente colocadas à margem dos debates estratégicos, tais populações tradicionais são vistas como barreira à política de defesa da região, sobretudo por não concordarem com as delimitações fronteiriças do Estado. Com a Constituição de 1988, os povos indígenas asseguraram direitos históricos à terra e às riquezas naturais nela existentes, bem como o reconhecimento de suas organizações sociais. Mais de 70% dos índios brasileiros e cerca de 98% das terras indígenas estão na Amazônia legal. A terra indígena compreende não apenas o espaço ocupado pelas populações indígenas, mas todo espaço necessário para sobrevivência de sua cultura. A preservação das populações originárias na região enfrenta resistência de alguns setores da sociedade que consideram a autonomia indígena como elemento facilitador para a presença e incidência de ONGs, pesquisadores internacionais, redes de narcotráfico, biopirataria, desmatamento e extração ilegal de minérios. Em contraposição a tais discursos, denúncias de invasões e de práticas desse tipo partem justamente dos povos originários e indígenas da região. (LIMA et al., 2017, p. 63).

Diversos acordos e iniciativas foram feitos com países vizinhos, com destaque para o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) de 1978. O Brasil estabeleceu uma nova agenda estratégica com ênfase na defesa, fiscalização e monitoramento da região Amazônica, com destaque para a duas iniciativas: o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), responsável por propor e implementar ações voltadas para produção e circulação de informações técnicas visando a proteção, a inclusão e o desenvolvimento sustentável da região. E outra importante iniciativa, ainda em processo de implementação, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) para controle das regiões fronteiriças (16 mil quilômetros) via satélite e radares eletrônicos. (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2017).

A iniciativa do SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras) é um Programa Estratégico do Exército, que tem como objetivo fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado, ao longo de quase 17 mil quilômetros de extensão da faixa de fronteira, com utilização de equipamentos de comunicações com alta tecnologia agregada. Criado em 2010, esse Programa está atualmente em fase de testes e diagnósticos de materiais e sistemas, no

âmbito do Comando Militar do Oeste, na qual o programa-piloto foi estabelecido nas organizações militares subordinadas à 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, localizada em Dourados (MS). Entre os dias 20 e 24 de março de 2010, as avaliações tático-operacionais ocorreram na área do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Amambai/MS), sob a supervisão do Escritório de Projetos do Exército e do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (BRASIL, 2019). Dentre outras atividades, foram realizados testes de bancada e no terreno, sincronização dos sistemas de comunicações táticas, testes de optrônicos e operações noturnas<sup>25</sup>.

Segundo o Ministério de Defesa do Brasil é considerado um dos principais Projetos Estratégicos do Exército. O SISFRON permitirá o monitoramento, controle e atuação nas fronteiras terrestres, contribuindo para a inviolabilidade do território nacional, para a diminuição dos problemas provenientes da região fronteira e para fortalecer a interoperabilidade, as operações interagências e a cooperação regional. Consiste em um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional. Foi criado por iniciativa do Comando do Exército, como resultado da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, que orienta a organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento; controle; e mobilidade/presença. O sistema enfatiza a concentração de Unidades das Forças Armadas nas fronteiras e incentiva a capacitação da indústria nacional para a conquista da autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa (BRASIL, 2019).

Para o Exército, o SISFRON deverá, além de promover a capacidade de monitorar as áreas de fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como atuar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais sobre o assunto, em operações isoladas ou em conjunto com as outras Forças Armadas ou, ainda, em operações interagências, com outros órgãos governamentais.

Os meios de sensoriamento do SISFRON estarão desenvolvidos ao longo dos 16.886 quilômetros da faixa de fronteira, monitorando uma área de aproximadamente 27% do território nacional, o que aumentará o emprego das organizações subordinadas aos Comandos Militares da Amazônia, do Oeste e do Sul. Além de servir de instrumento para a integração da atuação dos vários escalões de emprego da Força Terrestre, desde patrulhas e postos de controle na faixa de fronteira, passando pelos batalhões, brigadas, divisões, Comandos Militares de Área e

---

<sup>25</sup> Segundo informações do site do Ministério da Defesa do Brasil.

chegando ao Comando de Operações Terrestres (COTER), em Brasília, o SISFRON terá condições de compartilhar os benefícios de seus produtos e serviços com outros órgãos governamentais em todos os níveis. Nesse sentido, o SISFRON também responde às orientações estratégicas do Plano Estratégico de Fronteiras, estabelecido pelo Governo Federal em 2011, especialmente à implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal na região de fronteira e à atuação integrada dos órgãos de segurança pública e das Forças Armadas, bem como de outras agências governamentais. Sendo assim, o SISFRON surgiu da visão do governo expressa na Estratégia Nacional de Defesa, que visa dota o Brasil de meio de uma efetiva presença de Estado na Faixa de Fronteira, criando oportunidades de cooperação com países vizinhos e privilegiando os setores cibernético e tecnológico.

A segunda iniciativa do Brasil foi o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), criado em 17 de abril de 2002 com objetivo de promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. A criação do Censipam se deu em 1990, quando o governo federal começou a definir suas concepções de um sistema para a proteção da Amazônia, que foi denominado de Sipam. Com isso, definiu-se a infraestrutura tecnológica para apoiar a atuação das instituições governamentais na região<sup>26</sup>.

A atual estrutura do Censipam foi aprovada pelo Decreto nº 5.420, de 13 de abril de 2005, e é constituída por três Centros Regionais (CRs) localizados em Belém/PA, Manaus/AM e Porto Velho/RO e um Centro de Coordenação Geral (CCG) localizado em Brasília/DF. Cada Centro Regional possui uma área de abrangência dentro da região amazônica, o que proporciona a cobertura global da área protegida pelo Sistema. O Centros Regional de Belém é responsável pelos Estados do Amapá, Pará, Tocantins e a parcela do Maranhão incluída na Amazônia Legal. O Centros Regional de Manaus pelos Estados do Amazonas e Roraima. Os Estados de Acre, Rondônia e Mato Grosso são atendidos pelo Centros Regional de Porto Velho. Em 2011, o Decreto 7424 transfere o Censipam para o Ministério da Defesa. (BRASIL, 2019).

Até a criação e implantação do Sipam, vários órgãos governamentais atuavam na região de forma individualizada, realizando, por vezes, o mesmo tipo de trabalho, sem compartilhar o conhecimento e sem otimizar os recursos. No entanto, faltava ainda a necessidade da presença efetiva do Estado na Amazônia, como também um sistema que ajudasse no controle, na fiscalização e no monitoramento da região. Para solucionar estas questões, o governo brasileiro passou a planejar a criação de um sistema que permitisse a coordenação das ações na região por meio de uma base de dados com informações detalhadas e integradas. Assim, em setembro de

---

<sup>26</sup> Segundo informações do site do Ministério da Defesa do Brasil.

1990, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e os Ministérios da Aeronáutica e da Justiça apresentaram à Presidência da República a Exposição de Motivos nº 194, que destacava a importância estratégica para o país de um sistema com base na atuação integrada dos órgãos governamentais, promoção do desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e repressão aos ilícitos na Amazônia. Possui a missão de promover a proteção da Amazônia Legal por meio de ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento e a visão de ser referência nacional e internacional na geração, integração, disponibilização e utilização de conhecimento aplicado ao ambiente amazônico.

O Censipam possui um sensoriamento remoto que é uma das ferramentas mais utilizadas para o monitoramento da superfície terrestre, sendo o meio mais efetivo de coletar dados, extrair informações e desenvolver conhecimentos sobre o meio ambiente global. O Censipam é hoje uma referência no uso do sensoriamento remoto para o monitoramento da Amazônia Legal, especialmente pelo uso de sensores aerotransportados que estabelecem o grande diferencial do Sistema, quando comparados aos sensores orbitais. A instituição desfrui de um mecanismo tecnológico único no país e conta com dados obtidos de quatro sensores aerotransportados à bordo das aeronaves *R99-B* e *R95-B* que operam nas faixas de microondas, visível e infravermelho: O sensor *SAR* (*Synthetic Aperture Radar*); o sensor hiperespectral *HSS* (*Hiperespectral Scanner System*); o sensor multiespectral *MSS* (*Multiespectral Scanner System*); e o sensor infravermelho *OIS* (*Optical Infrared Sensor*)<sup>27</sup>.

O sensor SAR, ao contrário dos sensores ópticos, permite a obtenção de imagens independente da ocorrência de nuvens, chuva, nevoeiro, fumaça e da iluminação solar. Dessa forma, as imagens do radar podem ser geradas em qualquer altura, durante o dia ou à noite e sobre as mais variadas condições atmosféricas. Esses atributos são muito interessantes para a Amazônia onde sensores ópticos sofrem grande restrição devido à alta probabilidade de ocorrência de nuvens. As imagens de radar são utilizadas no Censipam para detecção de desmatamentos, corte seletivo, identificação de pistas de pouso clandestinas, ocorrência de garimpos, entre outras aplicações. Atualmente, a área imageada com radar corresponde a mais de 3 milhões de km<sup>2</sup> recobrando cerca de 65% da Amazônia Legal. (BRASIL, 2019)

O sensor hiperespectral *HSS* e o multiespectral *MSS* complementam os dados de radar e são diferentes de grande parte dos sensores multiespectrais e hiperespectrais existentes por unir características de alta resolução espectral e alta resolução espacial. Em outras palavras, por

---

<sup>27</sup> Segundo informações do site do Ministério da Defesa do Brasil.

possuírem um grande número de bandas (50 e 31 bandas, respectivamente) e uma resolução espacial que pode chegar a menos de 2 metros, esses sensores permitem a obtenção de informações detalhadas da superfície e oferecem uma alternativa rápida e eficiente de obtenção de informações estratégicas para o monitoramento da Amazônia Legal quando comparada aos processos tradicionais utilizados.

O resultado das análises é a identificação de alvos que não poderiam ser identificados por sensores com resolução espectral menor como, por exemplo, a ocorrência de um mineral de difícil identificação em uma área de exploração. O *HSS* e o *MSS* revelam ainda grande potencial no estudo da composição de coberturas superficiais como vegetação, água, solos e composição atmosférica.

O *OIS* é um sensor “imageador” para obtenção de dados em tempo real. Ele possui duas câmeras de TV em cores para uso diurno e uma câmara infravermelho para uso diurno e noturno, todas com grande alcance, permitindo a identificação, monitoramento e rastreamento de alvos a grandes distâncias. Em função de suas características, esse sensor é próprio para apoiar operações de natureza crítica, tais como busca e salvamento, ações policiais, combate a incêndios florestais, entre outros. Dentre suas muitas e valiosas funções especiais, o *OIS* é capaz de determinar a distância entre a aeronave e a cena “imageada”, bem como determinar as coordenadas geográficas e a elevação do terreno onde se localiza o alvo de interesse.

Esses sensores podem ser usados a qualquer momento para o “imageamento” de áreas de interesse dos diversos órgãos das esferas federal, estadual e municipal, quer seja em caráter estratégico ou tático. O uso da tecnologia de sensoriamento remoto permite ao Censipam cumprir com uma de suas principais funções na proteção da Amazônia: apoiar e contribuir com os órgãos parceiros, os estados e municípios da Amazônia Legal no controle dos desmatamentos; no combate à biopirataria; na proteção dos parques nacionais; no monitoramento da ocupação e o uso do solo; na proteção das reservas indígenas; na defesa das áreas de fronteira e na proteção dos recursos minerais estratégicos.

#### **4.1.2 Caso da Rússia**

Com a ressurgimento da Rússia no cenário internacional após um longo período de inércia e um vácuo no seu papel de potência desde o fim da URSS, o governo de Vladimir Putin tem buscado como prioridade do seu governo a modernização militar do país. Pretendendo desse modo garantir a posição da Rússia de liderança no cenário internacional, criando uma nova estratégia de Defesa com o objetivo de garantir sua influência sob os países vizinhos, que

encontra ameaça de influência do Ocidente e da OTAN, sendo primordial para sua política externa. Para manter essa influência a Rússia tem investido em modernizar o seu arsenal militar e reformular suas Forças Armadas, investindo milhões de dólares até 2020 nessa nova estratégia de defesa.<sup>28</sup> Sendo a OTAN considerada a principal ameaça pelo governo russo à sua soberania, o rearmamento não é somente global, mas também regional, uma vez que a preocupação russa é a de que a aproximação do Ocidente com seus países vizinhos como a Geórgia e a Ucrânia possam disseminar valores ocidentais no seu território. Porém, o esforço de investimento russo de modernização de sua defesa - principalmente nas frotas de navios de guerra, frotas aéreas e espaciais - não refletem na modernização necessária do arsenal ou do treinamento de pessoal, o que compromete a eficiência das forças russas. Mas o que a Rússia demonstra é uma ambição maior que a esfera regional, tendo como foco uma ambição global com seu plano de rearmamento e a fabricação de novos mísseis nucleares, demonstrando dessa maneira que voltou ao cenário internacional como uma superpotência<sup>29</sup>.

Os exercícios militares da Rússia aumentaram desde 2014, quando suas relações com o Ocidente começaram a se desgastar, tendo esses exercícios militares ocorridos na região do Cáucaso ao Báltico, indo até o Ártico, área de enclive com a OTAN no que tange às questões de expansão de fronteiras e ameaça à soberania da Rússia. Em 2018, de acordo com Fernández (2019), o país demonstrou sua força militar com a maior manobra de exercício militar da sua história, que foi entendida pela OTAN como uma preparação para um grande conflito. O exercício militar envolveu cerca de 300.000 militares e soldados chineses, que foi chamado de “Vostov-2018”, organizado na Sibéria Oriental e no Extremo oriente russo em setembro de 2018, sendo comparado com o “Zapad-81” que foi organizado há mais de quarenta anos, na época da Guerra Fria, reuniu cerca de 150.000 soldados do Pacto de Varsóvia na era Soviética. Segundo o ministro de Defesa russo Serguei Shoigu, a intenção do novo exercício militar era mostrar no “Vostov-2018” o poderio que se possuía na era Soviética, mas de forma mais imponente, com a demonstração de 300.000 soldados, 36.000 veículos militares, 1.000 aviões, 80 navios, tanques, blindados de transporte de tropas e veículos de combate de infantaria. Mostrando assim todo o repertório moderno do Exército russo incluindo mísseis *Iskander* - capazes de transportar ogivas nucleares - tanques *T-80* e *T-90* e os recentes caças de combate *Su-34* e *Su-35*. No mar, a frota russa mostra suas várias fragatas equipadas com mísseis *Kalibr*, que provaram seu valor na Síria. A participação da China nesse exercício mostra como

---

<sup>28</sup> Segundo informações obtidas no site da BBC.

<sup>29</sup> Segundo informações obtidas no site do Ministério da Defesa da Federação Russa.

a aliança entre os dois países cresceu tanto em termos comerciais como em cooperação militar, com uma confiança na esfera de política, segurança e defesa. A operação contou com três brigadas de paraquedistas militares russos com papel-chave durante os exercícios perto da fronteira com a China e a Mongólia, tendo o objetivo principal do treinamento praticar o rápido deslocamento das tropas, aeronaves e veículos do oeste da Rússia às regiões no leste, cruzando milhares de quilômetros. Esse tipo de esforço envolve, por exemplo, o abastecimento de aeronaves no ar. Essa operação aconteceu em meio a uma tensão crescente entre a Rússia e a Otan, na qual a relação entre as duas partes piorou desde que a Rússia anexou a Crimeia, que pertencia à Ucrânia, em 2014<sup>30</sup>.

Além da demonstração de força militar com essas operações a Rússia tem se preocupado em defender suas fronteiras no Mar Negro, uma vez que a OTAN, mais especificamente os EUA, planejam aumentar a sua presença nessa região, enviando navios de guerra e aviões espões por considerarem as ações da Rússia muito agressivas, sendo necessária ações para impedi-las e conter as relações entre a Rússia e a Turquia, para que o projeto de gasoduto *TurKStream*, que levaria gás natural da Rússia à Turquia e a outros países europeus através de um conduto submarino no mar Negro, não seja realizado, o que afetaria a Rússia e a União Europeia, mas seria benéfico para os EUA.

O principal posto avançado da Rússia no mar Negro é a Crimeia, sendo a região mais protegida do país. O grupo de diversas forças das Forças Armadas instalado na região é equipada com tudo o que é necessário para repelir um ataque ou resistir até à chegada de reforços. A Frota do Mar Negro possui um cruzador de mísseis que está em modernização, seis navios de patrulha (três deles são do projeto 11356, equipados com mísseis de cruzeiro *Kalibr*), sete navios pesados de desembarque, sete navios ligeiros equipados com mísseis, seis submarinos do projeto 636.3 *Varshavyanka*, três navios antissubmarino, contando ainda com diferentes navios de apoio. A Frota do Mar Negro deverá receber até 2021 mais seis navios do projeto 22800 *Karakurt*, com mísseis de cruzeiro. As águas do território russo são protegidas pela aviação, com o aeródromo de *Novofedorovka*, aonde está posicionado um regimento equipado com aviões de reconhecimento *Su-24MR* e caças polivalentes *Su-30SM*. No aeródromo de Katcha está instalado um regimento com aviões anfíbios antissubmarino *Be-12*, aviões de transporte *Na-26* e helicópteros *Ka-27*. Além disso, a Crimeia possui uma divisão de

---

<sup>30</sup> Segundo informações obtidas no site da El País escrito por Rodrigo Fernández.

defesa antiaérea que pode ser equipada com sistemas antimíssil S-400. Algumas instalações no território são protegidas por sistemas de defesa antiaérea *Pantsir-S1*.<sup>31</sup>

Os navios da Marinha dos EUA e de outros países da OTAN aumentaram sua presença no mar Negro após o início da crise no Leste da Ucrânia e reunificação da Crimeia à Rússia. Já foram detectados um destróier holandês *Evertsen*, uma fragata canadense *Toronto* e a fragata espanhola *Santa Maria*, acompanhados pela fragata da Marinha turca *Yildirim*. Assim como o destróier americano *USS Donald Cook*, que entrou nessas águas e, duas semanas depois, seguiu para o Mediterrâneo, tendo navegado muito próximo da fragata russa *Admiral Essen* no Bósforo. Os aviões espões ocidentais realizam frequentemente ações de vigilância perto da Crimeia. Já foram detectados destróier e fragatas, assim como uma aeronave de reconhecimento eletrônico *EP-3E Aries* da Marinha dos EUA. A Frota do Mar Negro está alerta as manobras da aviação militar e navios de combate de outros países perto das fronteiras russas. Os marinheiros treinam regularmente operações de detecção, escolta e eliminação de alvos do inimigo convencional.

Tendo em vista essa situação, o país tem se equipado e se estruturado em termos de defesa, o Ministério da Defesa da Rússia planeja comprar 114 helicópteros de ataque modernizados *Ka-52M Alligator*, a versão aperfeiçoada será desenvolvida até 2022 e durante sua criação deverá ser levada em conta a experiência da operação militar na Síria. O helicóptero *Alligator* será equipado com novos sistemas de abastecimento energético e detecção de alvos, bem como será aumentada a proteção dos helicópteros. Os helicópteros *Alligator* são produzidos em série para o Ministério da Defesa da Rússia desde 2010, sendo capazes de atacar blindados, tanques e infantaria do inimigo e confirmaram sua eficácia durante a operação militar russa na Síria.<sup>32</sup>

A modernização dos postos de comando aéreos é outra área muito investida pela Rússia, com um processo de atualização dos postos de comandos aéreos, tendo como foco a contenção nuclear. Os "*aviões do Juízo Final*" *Il-80* e *Il-82* possuem a função de exercer o comando das Tropas de Mísseis Estratégicos, incluindo a sincronização da realização de ataques com mísseis nucleares em condições em que a Rússia sofra uma agressão de qualquer potência nuclear, assim a modernização abrange o equipamento eletrônico, sendo este mais resistente contra interferências radioelétricas, mais estável, funcionando através canais via satélite para que as

---

<sup>31</sup> Segundo informações obtidas no site da Sputnik, agência internacional de notícias lançada pelo governo russo, operada pela empresa estatal Rossiya Segodnya. Os antecessores da agência Sputnik são a agência internacional de notícias RIA Novosti e a rádio Voz da Rússia (Golos Rossii), que foram dissolvidas em 2013.

<sup>32</sup> Segundo informações obtidas no site Sputnik.

ordens de comando para aplicação da força nuclear russa sejam recebidas de forma garantida pelos sistemas de lançamento de mísseis nucleares e os lançamentos sejam efetuados nos prazos e modos apropriados. O posto aéreo é apenas um dos elementos do sistema integrado de controle e comando das forças nucleares. A percepção de uma terceira guerra mundial não se aplica, pois como a Federação da Rússia garante a realização de um ataque de retaliação contra o agressor, isso o dissuade da aplicação do armamento nuclear do adversário, não ocorrendo assim uma guerra nuclear, estabelecendo-se um equilíbrio de poder em termos de armas nucleares.<sup>33</sup>

Outra área que a Rússia investe muito é a de navios, recentemente foi lançado ao mar o quebra-gelo nuclear *Ural*. Este navio é o segundo quebra-gelo do projeto 22220, antes dele, foi lançado o *Arktika*, estando neste momento em construção o terceiro, *Sibir*. O *Ural* tem 173,3 metros de comprimento e 34 metros de largura. Sua construção foi lançada em 2016 e terminará em 2022. O lançamento ao mar do quebra-gelo *Ural* é considerado benéfico para o mundo, sendo que com uma esquadra maior de quebra-gelos é possível fazer da Rota Marítima do Norte uma artéria mundial navegável. Em comparação com os atuais quebra-gelos nucleares os quebra-gelos nucleares universais do projeto 22220 com características aperfeiçoadas são os maiores e os mais poderosos no mundo, podendo eles abrirem caminho para grupos de barcos através de águas congeladas, com gelo até 3 metros de espessura. Os quebra-gelos permitirão a passagem de navios transportando petróleo e gás vindos das jazidas do norte da Rússia para os países da região asiática do Pacífico. Esses navios quebra-gelo são navios de guerra que começaram a serem usados também para patrulhar os mares árticos, garantindo segurança as embarcações que circulam pela rota ártica, região que é base de recursos importantes para o desenvolvimento econômico do país, sendo que a exploração do Ártico poderá ajudar o país a se desenvolver nas áreas econômico, de segurança energética e de competitividade no mercado mundial.

Os soldados e oficiais das unidades árticas são treinados em um programa especial e recebem um uniforme resistente a frio, assim como novos meios de comunicação blindados com elevada capacidade *off-road*. O contingente de tropas árticas contará com até cinco mil efetivos. O governo também segue com trabalhos de modernização da rede de aeródromos e infraestrutura portuária da zona ártica, com instalações na Terra de Francisco José e nas Ilhas da Nova Sibéria, de acordo com Ponomariova (2019). O aeródromo da ilha de Kotelni, que faz parte das Ilhas da Nova Sibéria, retomou suas atividades e recebeu o primeiro avião militar *An-72* em 2012. No Oceano Ártico o país busca controle de possíveis campos de petróleo e gás,

---

<sup>33</sup> Segundo informações obtidas no site Sputnik.

enviando em 2014 um grupo militar para o Ártico, procurando prover sua segurança e dos interesses nacionais, sendo nesse ano recuperadas bases militares nas Ilhas da Nova Sibéria, localizadas entre o Mar de Laptev e o Mar Siberiano Oriental, sendo o arquipélago a chave para o controle do Ártico<sup>34</sup>.

As disputas territoriais acerca da dorsal de Lomonossov, que envolvem, além de Rússia e Canadá, também a Dinamarca, são de fundamental importância para uma possível expansão da zona comercial exclusiva desses países. De acordo com a Convenção de Direito Marítimo da ONU de 1982, o limite de tal zona (200 milhas náuticas a partir da costa) pode ser estendido até 350 milhas, caso o Estado correspondente apresente provas suficientes a área além da zona de 200 milhas é extensão natural de sua plataforma continental. A disputa no caso, porém, não é tanto pelo território, mas pelas reservas de petróleo e gás do Ártico, apesar de a rentabilidade da exploração desses campos, em condições climáticas polares complexas, levantarem uma série de questões. O desejo das autoridades russas de aumentar a presença militar na região se deve pela defesa de interesses econômicos no Ártico e a necessidade de garantir segurança às empresas que planejam operar ali. Por isso, o governo russo parte da premissa de que quanto mais poderoso for o potencial militar da Rússia no Ártico, menos serão os pretextos para um conflito militar com outros países.

O implantação de bases militares nas ilhas da Nova Sibéria em 2014 é uma resposta da Rússia às crescentes ameaças à segurança nacional e também representa defesa aos interesses econômicos do país na região, segundo Litôvkin (2019). Na ilha de Wrangel, localizada no mar de Chukchi, a Rússia deu início em 2014 à construção de uma base militar batizada de Estrela Polar. Oficiais e funcionários viverão e trabalharão no campo militar que tem por objetivo a defesa e controle da área localizada na chamada Rota do Mar do Norte, precisamente no cruzamento dos hemisférios oriental e ocidental. A flotilha foi composta das seguintes embarcações: o navio antisubmarino *Admiral Lévtchenko*, o navio anfíbio de desembarque *Gueórgi Pobedonosets*, o navio-tanque *Serguêi Óssipov*, o navio de resgate *Pamir* e o rebocador de alto-mar *Aleksandr Púshkin*, provenientes do Mar Báltico. Em determinados trechos da rota, principalmente onde o gelo era mais espesso, a frota foi acompanhada por navios quebra-gelo da companhia russa *Rosatom*. A presença militar russa no Ártico, bem como a construção desta base, é carregada de um significado geoestratégico profundo, por causa da grave batalha pelo Ártico rico em recursos naturais. O aspecto jurídico internacional do território ártico ainda não está definido, sendo influenciado na determinação os países: Estados Unidos, Canadá, Rússia,

---

<sup>34</sup> Segundo informações obtidas no site Russia Beyond.

Dinamarca, Islândia e Noruega. Todos esses países possuem litorais banhados pelos mares do oceano Ártico. Na disputa jurídica também participam países que não possuem fronteiras com a região, tais como Finlândia, China, Japão, Coreia do Sul, Índia e até mesmo Brasil. Neste cenário, a Rússia tem mais interesse em defender seus interesses na região, principalmente por possuir uma Zona Econômica Exclusiva, de largura de 200 km a partir de sua costa<sup>35</sup>. A questão do Ártico é ainda analisada por um outro aspecto estratégico-militar, sobretudo agora, quando as relações dos Estados Unidos e Otan com a Rússia estão degradadas. Para a Rússia, a questão é de extrema relevância, uma vez que Washington aumentou o número de bases militares e alocou seus mísseis perto das fronteiras do país, e seus navios de guerra aparecem regularmente nos mares Báltico e Negro. A Rússia tem receio de que logo os Estados Unidos e a Otan se estabeleçam no Ártico, ameaçando o complexo de mísseis estratégicos implantados nos Urais e na Sibéria. (LITÔVKIN, 2019).

O que se pode observar é que a teoria do *Rimland* de Spykman ainda se aplica no que diz respeito às relações entre os EUA e a Rússia, tendo os Estados Unidos uma política intervencionista na Eurásia, com base no poder periférico buscando o desenvolvimento do poder aéreo, assim como naval, buscando uma supremacia nos mares e oceanos. Uma vez que as condições geográficas de um país determinam sua estratégia de segurança, é indispensável à segurança dos Estados Unidos ultrapassarem os limites de suas fronteiras geográficas. Para isso o país busca, segundo a teoria, uma linha de defesa, baseadas em bases navais situadas na orla eurasiática, ou seja, em países fronteiriços com o *Heartland*, que é aonde se localiza a Rússia. O que os EUA buscam é o controle político e militar do *Heartland*, possuindo assim o domínio dos recursos demográficos e naturais da Eurásia e a chance de controlar o mundo. Com essa política intervencionista americana, o que se busca é colocar em prática uma defesa de sua soberania e de sua segurança estratégica. O contexto atual mostra que os Estados Unidos continuam a realizar essa política intervencionista na Rússia, principalmente na região do Ártico.

---

<sup>35</sup> Segundo informações obtidas no site Russia Beyond.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar as vastas regiões não vivificadas – com baixa densidade demográfica – dos países Brasil e Rússia foi necessário primeiro compreender como estão estruturados as fronteiras desses dois países, delimitando o que são fronteiras e considerando os processos históricos que cada um dos países passou no corte temporal desde os anos 1980 até 2016. A dinâmica histórica dos países revela como foi estruturada a agenda de defesa e segurança para a fronteira dos países como um todo, seus papéis nas instituições como a ONU e OTAN no caso da Rússia, e na Unasul no caso do Brasil. A teoria do Complexo Regional de Segurança (CRS) permitiu um olhar regional desses países, que aplicada à Rússia e ao Brasil aprofunda a análise das regiões da Amazônia e da Sibéria, mostrando a dinâmica dessas vastas regiões com outras regiões do CRS e principalmente com os países vizinhos, mostrando assim o grau de interação com os países fronteiriços e como isso afeta o estabelecimento de uma agenda para defesa e segurança de cada país.

A tipologia das fronteiras permitiu analisar melhor a região Amazônica e a região da Sibéria, mostrando suas características, assim como a dinâmica regional na qual estão inseridas, aprofundando a análise com o Arco da estabilidade e instabilidade de Medeiros. Revelando assim que no Brasil a região Amazônica se encontra no Arco da instabilidade, por causa da relação com suas regiões próximas, países vizinhos com fluxo intenso e conflitos. Enquanto a região da Sibéria na Rússia, ao contrário, se encontra no Arco da estabilidade, por estar localizada em uma região com pouco fluxo e menos conflito em relação a outras regiões do CRS da Rússia. Com esse estudo comparado entre o Brasil e a Rússia foi possível afirmar a hipótese de que países com grande extensão territorial estão se estruturando e buscando usar a tecnologia para monitorar e proteger as suas fronteiras, principalmente nas áreas com baixa densidade demográfica. No caso do Brasil, o sistemas criados – SISFRON e Censipam – possuem o foco de monitorar a região Amazônica para proteção, como uma ação de segurança, voltada para dentro do país e levando em consideração seus problemas “nas” fronteiras, o desmatamento da região e as ordens de fluxo ilícitos, com o uso das Forças Armadas para controlar a violência interna social do Brasil. Já o caso da Rússia mostra um diferencial por seus sistemas de fronteiras ser voltado para segurança, para a ameaça externa, sendo a principal os Estados Unidos, o que se aplica à teoria do *Rimland*.

A região da Sibéria é usada como ponto estratégico para manobras militares integrada a outros sistemas de defesa ao longo do imenso território contínuo da Rússia, visando proteger o país como um todo ao ataque externo, sendo assim a região articulada à um sistema militar da

qual ela passou a fazer parte. Porém, ao longo das pesquisas nos documentos oficiais russos e no site do Ministério da Defesa da Federação russa não foi encontrado propriamente um sistema de proteção de fronteira da Sibéria. Um indício de que existam sistemas próprios para a proteção da região Amazônica é a questão da cobiça internacional frente a sua diversidade biológica e riqueza, que também existem na Sibéria, como a questão do petróleo e gás natural, mas não na magnitude da Amazônia e também de acesso mais fácil que os climas extremamente frios da Sibéria na qual essas riquezas se localizam. Em meio a disputas por riquezas em ambas as regiões, a Sibéria possui o diferencial de ser uma região de uma potência, a Rússia, que possui mais elementos para expelir outros países e impedir uma exploração dessa região, tendo uma posição no cenário internacional mais forte que o Brasil em relação à proteção da região Amazônica frente a outros países e organizações.

## REFERÊNCIAS

AGNEW, John. A Nova Configuração do Poder Global. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 207-219, maio/ago, 2008.

**Ásia**. Disponível em: <https://pt.wikivoyage.org/wiki/%C3%81sia>. Acesso em: 04 de Junho de 2019.

**AVIÕES do Juízo Final russos são a garantia contra terceira guerra mundial.**

[https://br.sputniknews.com/\\_editorial\\_preview\\_/defesa/20190531/13985343/](https://br.sputniknews.com/_editorial_preview_/defesa/20190531/13985343/). Acesso em 06 jun. 2019, 17:20:00.

BRASIL. DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. EXÉRCITO BRASILEIRO. **SISFRON**. Disponível em: <http://www.dct.eb.mil.br/index.php/termo-de-fomento-a-ser-firmado-entre-o-exercito-brasileiro-e-a-fundacao-parque-tecnologico-de-itaipu-br/35-programas-e-parceiros/97-sisfron>. Acesso em: 15 maio 2019, 15:20:00.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **CENSIPAM**. Disponível em: <http://www.sipam.gov.br/>. Acesso em: 29 maio 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **SISFRON**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/busca?searchword=sisfron>. Acesso em: 25 maio 2019.

BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia**; Tradução de José Ignacio Coelho Mendes Neto. Título original: A concise history of Russia. São Paulo: EDIPRO, 2014.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

**COMO Rússia pode defender suas fronteiras no mar Negro?**

<https://br.sputniknews.com/defesa/2019040813633487-russia-defender-fronteiras-mar-negro-otan/>. Acesso em 06 jun. 2019, 17:45:00.

**COMO serão os megaexercícios militares da Rússia, os maiores desde a Guerra Fria.**

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45483546>. Acesso em: 05 jun. 2019, 08:30:00.

CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CLACSO). **Atlas da política brasileira de defesa**. Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017. Disponível em:

[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20170515113254/Atlas\\_da\\_Politica\\_Brasileira\\_de\\_Defesa.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20170515113254/Atlas_da_Politica_Brasileira_de_Defesa.pdf). Acesso em: 15 maio 2019, 09:20:00.

COSTA FREITAS, Jorge Manuel. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

FERNÁNDEZ, Rodrigo. **Vostok 2018: Rússia anuncia suas maiores manobras militares desde a época soviética**. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/28/internacional/1535485060\\_163843.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/28/internacional/1535485060_163843.html). Acesso em: 05 jun. 2019, 09:35:00.

FUCCILE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma nova perspectiva. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, jan./jun. 2013, p. 77-104.

GREENWICH MEAN TIME. **Maps of Russia**. Disponível em: <https://greenwichmeantime.com/time-zone/russia/map-russia/>. Acesso em: 16 maio 2019, 15:55:00.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). **Municípios elegíveis**. [Home Page]. Disponível em: <http://www.amazonia-ibam.org.br/>. Acesso em: 16 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Político**. Disponível em: [https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_brasil/brasil\\_politico.pdf](https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_politico.pdf). Acesso em: 16 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (MI); PÊGO, Bolívar ... [et al.] (Org.). **Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública**. Brasília, v. 2, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7959>. Acesso em: 11 maio 2019, 09:30:00.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi (org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 05 maio 2019, 10:25:00.

**IT'S EUROPE'S lungs and home to many rare species. But to Russia it's £100bn of wood**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2003/sep/19/environment.russia>. Acesso em: 31 maio 2019, 11:10:00.

LITÔVKIN, Víktor. **Rússia implanta base militar nas ilhas de Nova Sibéria**. [https://br.rbth.com/ciencia/2014/09/12/russia\\_implanta\\_base\\_militar\\_nas\\_ilhas\\_de\\_nova\\_siberia\\_27351](https://br.rbth.com/ciencia/2014/09/12/russia_implanta_base_militar_nas_ilhas_de_nova_siberia_27351). Acesso em: 06 jun. 2019, 16:45:00.

**Mapa político de Ásia**. Disponível em: <<https://pt.dreamstime.com/ilustra%C3%A7%C3%A3o-stock-mapa-pol%C3%ADtico-de-%C3%A1sia-image83242718>>. Acesso em: 04 jun. 2019, 09:40:00.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. Editora Contexto. São Paulo, 1998.

MATOS, Francisco José. A Escola Geopolítica Brasileira. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 26, n. 53, p. 108-114, jul./dez. 2011. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 2, 2011.

MEDEIROS FILHO, Oscar; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi (org.). **Breve Panorama da Segurança na América do Sul**. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_seguranca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf). Acesso em: 25 maio 2019, 16:10:00.

MEDEIROS FILHO, Oscar; ZIMERMAN, Artur (org.). **Defesa, Segurança e Políticas Públicas no Brasil: A Fronteira Centro-Oeste**. In: Fronteiras e segurança na América do Sul. Santo André: Universidade Federal do ABC, 1ed, 2012, v. 1, p. 62-80.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **NATO**. Página institucional. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/index.htm>. Acesso em: 23 maio 2019, 10:30:00.

PONOMARIOVA, Iúlia. **Tropas russas voltam ao Ártico**. [https://br.rbth.com/politica/2013/12/12/tropas\\_russas\\_voltam\\_ao\\_artico\\_23289](https://br.rbth.com/politica/2013/12/12/tropas_russas_voltam_ao_artico_23289). Acesso em: 06 jun. 2019, 17:00:00.

ROCHA, Dyego Freitas; Albuquerque, Edu Silvestre. Revisando o conceito de Heartland na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI. **Revista de Geopolítica**. Natal: v. 5, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2014.

RODRIGUES, Bernardo S. **Entorno estratégico brasileiro e integração regional**. Site Diálogos Internacionais. Disponível em: <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2017/02/entornoestrategico-brasileiro-e.html>. Acesso em: 19 maio 2019, 11:25:00.

RÚSSIA. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Russia>. Acesso em: 31 maio 2019, 22:40:00.

RÚSSIA. EMBAIXADA DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Informação Geral**. Disponível em: [https://brazil.mid.ru/web/brasil\\_pt/informacoes-gerais](https://brazil.mid.ru/web/brasil_pt/informacoes-gerais). Acesso em: 10 maio 2019, 10:40:00.

RÚSSIA. MINISTÉRIO DA DEFESA DA FEDERAÇÃO RUSSA. [Home Page]. Disponível em: <http://mil.ru/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

**RÚSSIA desenvolverá nova versão de helicópteros de ataque modernizados Ka-52M Alligator até 2022**. <https://br.sputniknews.com/defesa/2019052813964937-russia-desenvolvera-nova-versao-de-helicopteros-de-ataque-modernizados-ka-52m-alligator-ate-2022/>. Acesso em 06 jun. 2019, 18:10:00.

**RÚSSIA lança ao mar novíssimo quebra-gelo nuclear Ural**. <https://br.sputniknews.com/russia/2019052613951691-russia-lanca-ao-mar-novissimo-quebra-gelo-nuclear-ural-video/>. Acesso em 06 jun. 2019, 18:30:00.

SANTOS, Carlos José Crêspo. A geopolítica de expansão dos EUA e as teorias geopolíticas clássicas. **Revista de Geopolítica**. Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 173 – 194, jul./dez. 2012.

SHOKHIREV, Nikolai V. **Geografy**. Disponível em: <http://www.shokhirev.com/nikolai/projects/sib/siberia.html>. Acesso em: 16 maio 2019, 17:30:00.

SIBÉRIA. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Siberia>. Acesso em: 31 maio 2019, 23:10:00.

TEIXERA JÚNIOR, Augusto W. M. **Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

VILLA, R. A. D.; MEDEIROS, Oscar. **Agências de segurança e defesa na América do Sul: percepções sobre o complexo regional de segurança**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, [s.l.], 2007. Anais... [s.l.], abr. 2007.